



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 138

TERÇA-FEIRA, 21 DE JULHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	11089
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	11089
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	11090
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	11098
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	11102
EDITAIS E AVISOS.....	11102

Tribunal Superior Eleitoral

Secretaria de Coordenação Eleitoral

Subsecretaria de Taquigrafia, Acórdãos e Resoluções

ATA DA 58ª SESSÃO, EM 28 DE MAIO DE 1992.

SESSÃO ADMINISTRATIVA

Presidência do Senhor Ministro Paulo Brossard. Presentes os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Américo Luz, Pádua Ribeiro, Hugo Gueiros e Torquato Jardim. Compareceu o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, Procurador-Geral Eleitoral. Secretário, Alberto Veronese Aguiar. Não compareceu, por motivo justificado, o Senhor Ministro José Cândido.

Às dezenove horas foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a Ata da 57ª sessão.

JULGAMENTOS

- a) Consulta nº 10.457 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília).
Consulta o TRE: "Partido que não dispõe de candidato registrado pode fazer propaganda de candidato de outro partido, sob a alegação de apoio ao mesmo?"
Relator: Ministro Américo Luz.
Julgada prejudicada. Decisão unânime.
Protocolo nº 8.307/89.
- b) Processo nº 12.709 - Classe 10ª - Instruções - Distrito Federal (Brasília).
Instruções para efeito de distribuição do tempo da propaganda eleitoral gratuita para as eleições de 03 de outubro de 1992.
Relator: Ministro Hugo Gueiros.
Aprovadas. Decisão unânime.
Protocolo nº 4.626/92.
- c) Consulta nº 12.717 - Classe 10ª - Rondônia (Porto Velho).
Consulta o Presidente Regional do Partido Trabalhista Renovador - PTR: "Qual o prazo correto para que o candidato a Vereador exercendo cargo público de Diretor Administrativo Financeiro deve se desincompatibilizar?"
Relator: Ministro Hugo Gueiros.
Não conhecida. Decisão unânime.
Protocolo nº 4.746/92.
- d) Reclamação nº 12.721 - Classe 10ª - Rondônia (Porto Velho).
Reclamação proposta por Mário Fernando E. B. G. Braga, contra supos-

tas irregularidades ocorridas durante o processo eleitoral, no período de 1983 a 1990, indeferido ad referendum do Tribunal.

Relator: Ministro Américo Luz.

Indeferida. Decisão unânime.

Protocolo nº 3.251/91.

e) Consulta nº 12.723 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília).
Consulta o Deputado Federal JONIVAL LUCAS: "Se vereador, em exercício do seu 2º mandato, poderá ser candidato a Vice-Prefeito no mesmo município, sendo cunhado do atual Prefeito?"

Relator: Ministro Hugo Gueiros.

Respondida nos termos do voto do Ministro Relator. Decisão unânime.

Protocolo nº 4.821/92.

f) Processo nº 12.725 - Classe 10ª - Minas Gerais (Belo Horizonte).

Pedido de provisão para o TRE de Minas Gerais.

Relator: Ministro Torquato Jardim.

Aprovado. Decisão unânime.

Protocolo nº 4.557/92.

g) Processo nº 12.727 - Classe 10ª - Distrito Federal (Brasília).
Solicita o Deputado Federal PEDRO TASSIS autorização do TSE para que seja incluído, no recadastramento eleitoral no Estado de Minas Gerais, o município de DIVINO DAS LARANJEIRAS, tendo em vista que o número de eleitores supera o da população.

Relator: Ministro Carlos Velloso.

Não conhecido. Decisão unânime.

Protocolo nº 4.789/92.

h) Processo nº 12.734 - Classe 10ª - Minas Gerais (Belo Horizonte).

Solicita o TRE autorização do TSE para requisitar a servidora STELLA MARIS DO VALE OLIVEIRA MUNHOZ, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para prestar serviços naquela Corte Regional.

Relator: Ministro Carlos Velloso.

Autorizado. Decisão unânime.

Protocolo nº 4.881/92.

i) Processo nº 12.736 - Classe 10ª - Bahia (Salvador).

Solicita o TRE autorização do TSE para requisitar a funcionária do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, VERA MÁRCIA DA SILVA BARRETO, para prestar serviços na Comarca de Feira de Santana.

Relator: Ministro Hugo Gueiros.

Autorizado. Decisão unânime.

Protocolo nº 4.899/92.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão. E, para constar, eu, Alberto Veronese Aguiar, Secretário, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Ministro Presidente deste Tribunal.

Brasília, 28 de maio de 1992.

Ministro PAULO BROSSARD, Presidente em exercício.

Superior Tribunal de Justiça

Presidência

PORTARIA Nº 33, DE 17 DE JULHO DE 1992

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve

A U T O R I Z A R a cessão da servidora GOIANY SANTANA FRUTUOSO CERQUEIRA, Técnica Judiciária, Classe "A", Referência NS.11, ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia, a partir de 08 de Junho do corrente ano, nos termos do § 1º do art. 1º combinado com o art. 5º da Resolução nº 052, de 13.03.92.

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ

Tribunal Superior do Trabalho

Presidência

ATO Nº 1.042, DE 15 DE JULHO DE 1992

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XXIII, do art. 18, do Regimento Interno, ad referendum do Órgão Especial, cria do pela Resolução Administrativa nº 26/91 e tendo em vista o constante do processo TST-17.718/92.6, resolve:

Autorizar a manutenção, por este Tribunal, nos termos do art. 248, da Lei nº 8.112/90, a partir de 1º de agosto de 1992, da pensão-estatutária, vitalícia, da Srª MARIA DIRCE DE MATOS FONSECA FERRER, viúva, e temporária, de MARCO AURÉLIO BEZERRA FERRER E SILVA FILHO, beneficiários do ex-servidor MARCO AURÉLIO BEZERRA FERRER E SILVA, a base de 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente, da pensão originariamente instituída.

ATO Nº 1.050, DE 17 DE JULHO DE 1992

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Designar o servidor JOSÉ ALTAMIR SALDANHA DE ANDRADE, Auxiliar Judiciário, para substituir ANNIBAL NERY JÚNIOR, no cargo em comissão de Diretor do Serviço de Pagamento, código TST-DAS-101.4, em seus impedimentos legais e eventuais, com efeitos a contar de 20 de julho do corrente ano.

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA
Corregedor-Geral, no exercício da Presidência

Secretaria do Tribunal Pleno

Seção de Dissídios Individuais

ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e dois, às nove horas, realizou-se a Décima Quarta Sessão Ordinária de Dissídios Individuais, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro Ermes Pedro Pedrassani, no exercício eventual da Presidência, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros José Carlos da Fonseca, Hylo Gurgel, José Luiz Vasconcellos, José Calixto, Cnéa Moreira, Ursulino Santos, Vantuil Abdala e Francisco Fausto; o Digníssimo Subprocurador-Geral do Trabalho, Doutor Afonso Henrique Luderitz de Medeiros; e a Secretária Substituta do Tribunal



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional — IN
SIG — Quadra 6, Lote 800 — 70604-900 — Brasília/DF
Telefones: PABX: (061) 321-5566 — Fax: (061) 225-2046
Telex: (061) 1356
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA — Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSE EDMAR GOMES — MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial			Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 121.000,00	Cr\$ 31.000,00	Cr\$ 110.000,00	Cr\$ 122.400,00	Cr\$ 194.000,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 61.050,00	Cr\$ 30.030,00	Cr\$ 53.460,00	Cr\$ 61.050,00	Cr\$ 110.550,00
Aéreo	Cr\$ 156.420,00	Cr\$ 77.220,00	Cr\$ 156.420,00	Cr\$ 156.420,00	Cr\$ 283.140,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas — SEAVEN/DIUM
Telefone: (061) 226-6812
Horário: 7:30 às 19:00 horas

Pleno, Doutora Dejanira Greff Teixeira. Havendo quorum regimental, foi declarada aberta a Sessão, à qual deixaram de comparecer, por motivo justificado, os Excelentíssimos Senhores Ministros Orlando Teixeira da Costa e José Ajuricaba. Lida e aprovada a Ata da Sessão anterior e não havendo indicações, nem propostas, passou-se, logo, à ORDEM DO DIA: Processo RO-AR-41718/91.6, da 1ª Região, relativo a Recurso Ordinário em Ação Rescisória, sendo Recorrente: Montreal Engenharia S/A e Recorrido: Carlos Fernando Panaro Dias (Advogados: José Alberto Couto Maciel, Paulo Mario de Medeiros e Romeu Panaro Dias). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Ermes Pedro Pedrassani e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Seção de Dissídios Individuais resolvido, por maioria, dar provimento ao recurso para, julgando procedente a Ação Rescisória, desconstituir a sentença rescindenda e determinar que outra seja proferida pela MM. 3ª JCI da Niterói, vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Ermes Pedro Pedrassani, relator, que não o provia. Redigirá o acórdão o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca. Falou pelo Recorrente o Doutor José Alberto Couto Maciel.

Processo RO-AR-37181/91.1, da 5ª Região, relativo a Recurso Ordinário em Ação Rescisória, sendo Recorrente: Ubiratan Cosme Souto Junquilha e Recorrido: Banco Econômico S/A (Advogados: José Torres das Neves, Pedro Figueiredo de Jesus e José Maria Souza de Andrade). Relatora a Excelentíssima Senhora Ministra Cnéa Moreira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Ermes Pedro Pedrassani, tendo a Seção de Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, negar provimento ao recurso quer quanto à preliminar de nulidade, quer quanto ao mérito.

Processo E-RR-6376/89.6, da 2ª Região, relativo a Embargos Opostos à Decisão da Egrégia 2ª Turma, sendo Embargante: Alcides Matroni e Embargada: Comind Participações S/A (Advogados: Sid Riedel de Figueiredo e Alvaro Alves Noga). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Ermes Pedro Pedrassani e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Hylo Gurgel, tendo a Seção de Dissídios Individuais resolvido, não conhecer os embargos, unanimemente.

Processo E-RR-418/88.7, da 2ª Região, relativo a Embargos Opostos à Decisão da Egrégia 2ª Turma, sendo Embargante: Companhia Industrial e Mercantil Paoletti e Embargado: Josival Alves Bomfim (Advogados: J. Granadeiro Guimarães e Geraldo Moreira Lopes). Relatora a Excelentíssima Senhora Ministra Cnéa Moreira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Ermes Pedro Pedrassani, tendo a Seção de Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, não conhecer os embargos, por intempestivos.

Processo RXOF-38251/91.3, da 4ª Região, relativo a Remessa "Ex Offício", sendo Interessados: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Geneci Rodrigues Ganguilhet e Hospital das Clínicas Lazzarotto Ltda (Advogada: Marta Kumer). Relatora a Excelentíssima Senhora Ministra Cnéa Moreira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Ermes Pedro Pedrassani, tendo a Seção de Dissídios Individuais resolvido: I - Preliminarmente, à unanimidade, determinar a retificação da autuação, devendo o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região ser excluído da relação dos interessados; II - À unanimidade, confirmar a r. decisão regional.

Processo ED-RO-MS-20380/91.6, da 1ª Região, relativo a Embargos de Declaração Opostos à Decisão da Egrégia Seção de Dissídios Individuais, sendo Embargantes: Argeu Leite de Brito e Outros e Embargado: Departamento de Estradas de Rodagem - DER (Advogados: Francisco Pôrto e Argeu Leite de Brito e Outros). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Ermes Pedro Pedrassani, tendo a Seção de Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, acolher os embargos declaratórios para prestar os esclarecimentos constantes do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator. Observação: Refeito o relatório para composição de quorum, de acordo com o artigo 157, parágrafo 4º, alínea "c", do Regimento Interno.

Processo ED-AG-E-RR-21391/91.8, da 15ª Região, relativo a Embargos de Declaração Opostos à Decisão da Egrégia Seção de Dissídios Individuais, sendo Embargante: Banco do Brasil S/A e Embargado: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Andradina (Advogados: Izaias Batista de Araújo e Hélio Carvalho Santana). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Ermes Pedro Pedrassani, tendo a Seção de Dissídios Individuais resolvido rejeitar os embargos declaratórios, unanimemente. Observação: Refeito o relatório para composição de quorum, de acordo com o artigo 157, parágrafo 4º, alínea "c", do Regimento Interno.

Processo ED-RO-AR-26099/91.2, da 1ª Região, relativo a Embargos de Declaração Opostos à Decisão da Egrégia Seção de Dissídios Individuais, sendo Embargante: Representações e Comércio de Bebidas Ltda - RECOBEL e Embargado: Job Borges de Oliveira (Advogados: Benedito José Barreto Fonseca e Roberto Carlos Baptista Alves). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Ermes Pedro Pedrassani, tendo a Seção de Dissídios Individuais resolvido, rejeitar os embargos declaratórios, unanimemente. Observação: Refeito o relatório para composição de quorum, de acordo com o artigo 157, parágrafo 4º, alínea "c", do Regimento Interno.

Em seguida, foram julgados os AGRAVOS REGIMENTAIS relatados pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Ermes Pedro Pedrassani, tendo a Seção de Dissídios Individuais resolvido negar provimento ao agravo, em cada caso, por unanimidade:

Processo AG-E-RR-19236/90.1, da 1ª Região, sendo Agravante: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Três Rios e Agravado: Banco do Brasil S/A (Advogados: Hélio Carvalho Santana e Antonio Balsalobre Leiva).

Processo AG-E-RR-20034/90.1, da 2ª Região, sendo Agravante: Banco Bamerindus do Brasil S/A e Agravado: Antonio Erivaldo Teixeira (Advogados: Robinson Neves Filho e Vivaldo Silva da Rocha).

Processo AG-E-RR-24054/91.3, da 2ª Região, sendo Agravante: Banco Bradesco S/A e Agravado: Lúcia Maria Marques Pocinho Marto (Advogados: Victor Russomano Júnior e Maria Cristina R. Viana).

Logo após, foram julgados os seguintes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, opostos à decisão da egrégia Seção de Dissídios Individuais, relatados pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Hylo Gurgel:

Processo ED-AG-E-RR-4589/89.7, da 4ª Região, sendo Embargante: Banco do Brasil S/A e Embargado: Noraldino de Souza Lima (Advogados: Izaias Batista de Araújo e Maria Lúcia Vitorino Borba), tendo a Seção de Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, acolher os embargos declaratórios para prestar os esclarecimentos constantes do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator. Observação: Refeito o relatório para composição de quorum, de acordo com o artigo 157, parágrafo 4º, alínea "c", do Regimento Interno.

Processo ED-AG-E-RR-4912/89.4, da 2ª Região, sendo Embargantes: Jerônimo José de Souza e Outros e Ford Brasil S/A e Embargados: Os Mesmos (Advogados: Sid H. Riedel de Figueiredo e Fernando Neves da Silva), tendo a Seção de Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, acolher ambos os embargos declaratórios para prestar os esclarecimentos constantes ambos do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator. Observação: Refeito o relatório para composição de quorum, de acordo com o artigo 157, parágrafo 4º, alínea "c", do Regimento Interno.

de hum mil, novecentos e noventa e dois) estavam em poder daquele Órgão 3.533 (três mil, quinhentos e trinta e três) processos, sendo 2.631 (dois mil, seiscentos e trinta e um) aguardando distribuição, 318 (trezentos e dezoito) em posse dos Procuradores para elaboração de parecer, 276 (duzentos e setenta e seis) aguardando datilografia e 308 (trezentos e oito) aguardando remessa ao TRT. 08. **PRESIDÊNCIA - RECURSOS DE REVISTA.** A Assessoria da Presidência informou ao Ministro Corregedor que de 01/04/91 (primeiro de abril de hum mil, novecentos e noventa e um) a 30 (trinta) de junho do corrente ano foram interpostos 2.208 (dois mil, duzentos e oito) Recursos de Revista, dos quais só foram admitidos 1.130 (hum mil, cento e trinta), foram denegados 1.042 (hum mil e quarenta e dois) e 38 (trinta e oito) estão em estudo. Em relação aos já despachados, o percentual de admissibilidade das Revistas foi, pois, de 52,02% (cinquenta e dois vírgula dois por cento), o que é, ainda, elogiável, porque sendo tais recursos de natureza extraordinária, só devem ser admitidos nas únicas e restritas hipóteses previstas no Artigo 896, da CLT. 09. **ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS - VISITAS.** O Ministro Corregedor recebeu a visita de vários Juizes do Tribunal Regional e Presidentes de Juntas, Procuradores do Trabalho, advogados, diretores e funcionários da Justiça do Trabalho, merecendo ser destacadas as visitas do Juiz CLÓVIS CORREIA DE OLIVEIRA ANDRADE FILHO, Presidente do TRT, da Juíza MARIA THEREZA LAFAYETTE DE ANDRADE BITU, Vice-Presidente, do Juiz FRANCISCO OZANIR DE LAVOR, Presidente do TRT de Alagoas (19ª Região), e do Juiz JOSÉ SOARES FILHO, Vice-Presidente daquele Tribunal, do Dr. VALDIR CARVALHO, Procurador Regional do Trabalho, do Juiz IVANILDO DA CUNHA ANDRADE, Presidente da AMATRA da 6ª Região, dos Drs. PEDRO PAULO PEREIRA DE NÓBREGA, EDUARDO CHAVES PANDOLFI e CARLOS MONTEIRO DE ARAÚJO, advogados, do Dr. JOSÉ GERALDO LOPES DE ARAÚJO, Diretor Geral do TST, do Dr. MAURÍCIO LESSA FERREIRA, Diretor Geral do TRT, do Dr. FERNANDO MONTENEGRO, Secretário Geral da Presidência, do Dr. ANTÔNIO MARCELINO FILHO, Diretor Geral do TRT da 19ª Região, do Sr. JOAQUIM GUERRA, Prefeito Municipal de Igarassu e vários outros. Retribuindo a visita do Procurador Regional e dos Procuradores que o acompanharam, esteve o Corregedor Geral, no dia 09 (nove) de julho, às 19:00 (dezenove) horas, na nova sede do Ministério Público do Trabalho, à Avenida Agamenon Magalhães, visitando suas instalações. O Ministro Corregedor Geral foi entrevistado pelo repórter CARLOS CAVALCANTE, do Diário de Pernambuco, e também pelo Jornal do Comércio, pela TV TRIBUNA e pela TV JORNAL DO COMÉRCIO. Em sua visita, o Dr. PEDRO PAULO PEREIRA DA NÓBREGA, Vice-Presidente do Instituto Pernambucano de Direito do Trabalho, fez vários elogios à atual administração do Tribunal, sobretudo quanto às medidas adotadas para agilizar os serviços das Juntas e do Tribunal, fazendo afinal um apelo para que fosse instalado nas salas de sessões do TRT um sistema de gravação, a fim de evitar distorções e enganos nas certidões finais dos julgamentos, o que o Ministro Corregedor prometeu levar ao conhecimento do Presidente do Tribunal. 10. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.** Foi o Ministro Corregedor informado pela Diretora do Serviço de Documentação e Informática de que, no período de 01/04/91 (primeiro de abril de hum mil, novecentos e noventa e um) a 30/06/92 (trinta de junho de hum mil, novecentos e noventa e dois), foram distribuídos aos Senhores Juizes 12.720 (doze mil, setecentos e vinte) processos. Informou o Diretor do Serviço de Processos que, nesta última data, não havia processos aguardando distribuição, pois todos os que chegam ao Tribunal são logo distribuídos. 11. **CONSIDERAÇÕES GERAIS E RECOMENDAÇÕES.** Com base nas constatações desta correição, faz o Ministro Corregedor as seguintes **CONSIDERAÇÕES DE ORDEM GERAL:** 1ª) Como já dito no item próprio, os livros do Tribunal estavam, desta vez, regularmente formalizados e escritos, não mais se repetindo os defeitos constatados na última correição; 2ª) O exame dos processos revelou, porém, que não há registro, nos recursos, da data de seu recebimento no Tribunal e, em todos os processos, da data de sua inclusão em pauta para julgamento, o que impossibilitou a apuração de alguns prazos; 3ª) Foi também constatado, quanto aos prazos de tramitação dos feitos, que os de competência do Pleno permaneceram em poder da Procuradoria Regional apenas 02 (dois) dias, contra 13 (treze) apurados no período anterior, e em poder do Relator para estudo o prazo médio baixou de 89 (oitenta e nove) para somente 04 (quatro) dias. Nos processos de competência das Turmas, o prazo médio de permanência na Procuradoria Regional se elevou, porém, de 101 (cento e um) dias em 1990/1991 para 213 (duzentos e treze) em 1991/1992, porque o levantamento ora feito não alcançou os processos devolvidos este ano por aquele Órgão; 4ª) A produtividade dos Senhores Juizes se elevou de 90,25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento) para 100,68% (cem vírgula sessenta e oito por cento), o que significa que, no período sob inspeção, foram julgados mais processos do que os distribuídos aos Juizes; 5ª) Em que pese o prazo de permanência dos feitos de competência das Turmas na Procuradoria Regional haver se elevado, o número de processos que estava em poder do referido Órgão foi, no final do período sob correição, de apenas 3.533 (três mil, quinhentos e trinta e três), bastante inferior ao dos que ali estavam em abril de 1991, cujo total era de 4.612 (quatro mil, seiscentos e doze) processos, revelando ter havido um elogiável esforço dos Senhores Procuradores no sentido de liberar os feitos em seu poder para emitir parecer; 6ª) A média de processos julgados por sessão, nas três Turmas, evidência que a Terceira Turma foi a que decidiu com maior celeridade, apresentando uma média de 67 (sessenta e sete) processos julgados por sessão, contra 47 (quarenta e sete) da Primeira Turma e 50 (cinquenta) da Segunda; 7ª) O percentual de Recursos de Revista admitidos, 52% (cinquenta e dois por cento), é elevado em relação aos dos outros TRTs, o que se explica pelo grande número de decisões deste Tribunal que contrariam as Súmulas do TST. Tais decisões, em que pese o respeito que merecem os Juizes que as proferem, só prejuízos acarretam para as partes, pois ensejam a admissibilidade desses recursos de natureza extraordinária, retardando, considerável e inutilmente, a solução final dos processos, já retardada pelo acúmulo dos feitos da 1ª e 2ª instâncias. Feitas essas observações de ordem geral, o Ministro Corregedor Geral deixa apenas as seguintes **RECOMENDAÇÕES:** a) que nos processos recebidos no Tribunal em grau de recurso, seja doravante registrada, com utilização ou não de carimbo próprio, a data de seu recebimento dos Órgãos de 1º grau; b) que em todos os processos submetidos à apreciação do Tribunal seja registrada também a data de sua inclusão em pauta, para julgamento; c) que os Juizes desse Tribunal, pelo menos a sua maioria, ainda que ressaltando o seu ponto de vista pessoal, procurem não proferir decisões contrárias à jurisprudência sumulada do TST, para prevenir que elevado número de Revistas seja

admitido, como é de seu dever, pela Presidência do Tribunal, evitando, assim, a protelação indevida dos feitos. Os Excelentíssimos Senhores Juizes precisam ter compreensão para o papel do TST de uniformizador da jurisprudência trabalhista em todo o país, cuja finalidade é prevenir haja um Direito do Trabalho diferente em cada Região, gerando perplexidade e incerteza entre os jurisdicionados. É uma recomendação e um apelo que faz o Corregedor Geral aos seus colegas desse Egrégio Tribunal; d) que o Presidente do Tribunal dê início, quanto antes, à correição anual ordinária das 34 (trinta e quatro) JCs remanescentes da Região, para evitar que a sua inspeção, dado o seu elevado número, seja feita de modo apressado e tumultuado. 12. **AGRADECIMENTOS E ENCERRAMENTO.** O Ministro Corregedor expressa seus agradecimentos ao Exmº Sr. Presidente do TRT, Juiz CLÓVIS CORREIA DE OLIVEIRA ANDRADE FILHO, pela solicitude com que pôs a estrutura e os serviços do Tribunal à sua disposição e de sua equipe, para realização dos trabalhos correicionais, aos Senhores Juizes do Tribunal, aos funcionários EDUARDO MOREIRA DA CUNHA RABELO, Secretário da Corregedoria Regional, MARIA LETÍCIA DA COSTA E SILVA CAMURÇA, ZAIRA SATOU LESSA FERREIRA e STELA DUARTE, Assessoras da Presidência, SEVERINO MORAIS BARBOSA e LAEL DOS SANTOS LEAL, Agentes de Segurança, e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para que os trabalhos da correição fossem concluídos no prazo previsto. O encerramento desta correição anual foi feito em sessão plenária do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, realizada às 17:00 (dezenove) horas do dia 10 (dez) de julho de 1992 (hum mil, novecentos e noventa e dois), com a leitura da presente Ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Ministro Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA, pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Juiz CLÓVIS CORREIA DE OLIVEIRA ANDRADE FILHO, e por mim, MARIA CRISTINA DE ARAÚJO SANTA CRUZ DE OLIVEIRA, Assessora, que a fiz datilografar. Dada e passada nesta cidade do Recife, Estado de Pernambuco, aos dez dias do mês de julho de hum mil, novecentos e noventa e dois.

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA, Corregedor Geral; CLÓVIS CORREIA DE OLIVEIRA ANDRADE FILHO, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região; MARIA CRISTINA DE ARAÚJO SANTA CRUZ DE OLIVEIRA, Assessora da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

RECLAMAÇÃO CORREICIONAL Nº 45.921/92.8

Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO CARIRI

Advogado: Silvio Braz Peixoto da Silva

Requerido: JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO CARIRI-CE, apresentou reclamação correicional parcial contra ato do Exmº Sr. Juiz Presidente do TRT da 7ª Região, relativo às ordens de pagamento imediato dos Precatórios n.ºs. 672/91 e 699/91, expedidos contra a Requerente e em favor de JOSIR GONÇALVES FERREIRA e MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS, respectivamente autores das ações trabalhistas de n.ºs. 521/89 e 271/89, da MM. JCY de Crato - Ceará.

Alega que cumpriu a obrigação imposta nas referidas demandas ao reintegrar os reclamantes nos seus respectivos empregos na Prefeitura Municipal de Santana do Cariri, no mesmo Estado; insurgindo-se, porém, com relação ao pagamento de salários atrasados - a ser objeto de ação rescisória por indevido, aguardando a recepção dos competentes precatórios para o encaminhamento de direito.

Aduz que foi então surpreendido com o recebimento dos Mandados Executórios anteriormente mencionados determinando o pagamento imediato das quantias neles especificadas, sob as penas da Lei.

Argumenta que essa ordem de pagamento imediato é inconstitucional além de ilegal, por confrontar com o Art. 100 e seus parágrafos, da C.F. e com o Art. 4º e seu parágrafo único da Lei 8197/91, pois tais dispositivos normatizam o problema dos precatórios relativamente aos credores de obrigação alimentar contra a Fazenda Pública; sendo tal entendimento pacífico, inclusive junto a Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, que não dispensa o pagamento de tais créditos a expedição do precatório, qualificado, em tal caso, de preferência relativamente a outros, guardada entre si a ordem cronológica.

Pelo exposto, requereu liminarmente a suspensão da ordem de pagamento imediato contida nos Mandados Executórios n.ºs. 023/92 e 024/92, evitando, desse modo o risco de prejuízos ao Tesouro Municipal.

O Ministro Corregedor-Geral, apreciando a liminar requerida pela Prefeitura Municipal de Santana do Cariri-CE determinou através do despacho de fls. 11, a suspensão provisória dos Mandados Executórios n.ºs. 023/92 e 024/92, até decisão final desta reclamação.

A Requerente informou através do fax juntado às fls. 19/21 que a Presidência do TRT da 7ª Região estaria insistindo nos seqüentes ordenados pelos mandados n.ºs. 069/92 e 070/92, correspondentes aos mandados executórios n.ºs. 023/92 e 024/92, determinando o bloqueio da conta bancária do referido Município, na Agência local do Banco do Brasil S/A, das quantias de Cr\$ 5.217.547,04 e Cr\$ 4.657.795,75, desobedecendo assim, a medida liminar deferida pelo despacho de fls. 11, cujo teor foi comunicado àquela Autoridade em 18.03.92, conforme doc. fls. 12/13.

O Ministro Corregedor Geral expediu então, novo Ofício de n.º. 154/92 (fls. 26/27), recomendando o cumprimento da sustação do referido bloqueio, conforme ficou estabelecido no despacho proferido na liminar concedida.

A autoridade Requerida não apresentou as informações solicitadas através do Ofício n.º. 124/92, a despeito de esgotado o prazo regimental.

É o relatório.

DECISÃO

I - Preliminarmente.

A presente reclamação foi ajuizada contra despacho do Exmº Sr. Juiz Presidente do TRT da 7ª Região, que ordenou a expedição de mandados de execução imediata para cumprimento dos precatórios.

Tal despacho não tem sequer conteúdo decisório, não passando, pois, de despacho ordenatório ou de mero expediente, cuja finalidade é, unicamente, impulsionar o processo, dele não cabendo, portan-

to, nenhum recurso, a teor do Art. 504, do CPC, aplicável subsidiariamente ao processo trabalhista.

Por outro lado, a ordem de seqüestro para pagamento de precatórios, a teor do disposto no Art. 100, parágrafo 1º, da Constituição Federal, só tem cabimento quando a repartição competente para receber as dotações orçamentárias e créditos abertos para pagamento das decisões judiciais contra a Fazenda Pública tiver desobedecido a ordem cronológica da apresentação dos precatórios ou a preferência estabelecida em favor dos créditos de natureza alimentícia. Como inexistem nos autos a menor prova, ou mesmo alusão a tal desobediência, houve ato atentatório à boa ordem processual.

Cabível, pois, a reclamação correicional.

II - MÉRITO.

O Art. 100 e seus parágrafos 1º e 2º, da Constituição Federal de 1988, não alteraram, substancialmente, o que dispunham as Constituições anteriores, desde a de 1946, sobre os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária.

Estabeleceram apenas que "os créditos de natureza alimentícia" não estão sujeitos à "ordem cronológica de apresentação dos precatórios", o que significa que os mesmos têm prioridade de pagamento sobre os demais créditos, ainda que apresentados depois. Demais, em nenhum momento falaram em "créditos trabalhistas", nem declararam que tais créditos se incluem dentre os de natureza alimentícia, matéria controvertida na própria doutrina.

Por outro lado, o parágrafo 2º, in fine, é claro ao afirmar que o Presidente do Tribunal só pode determinar o pagamento dos precatórios, verbis, "segundo as possibilidades do depósito", ou seja, dentro dos limites das dotações orçamentárias e dos créditos abertos recolhidos à repartição competente. Não afirmou que os créditos alimentícios poderão ser pagos sem dotação orçamentária aberta especificamente para este fim. É princípio conhecido e pacífico de finanças públicas que não pode haver pagamento pela Fazenda Pública sem verba orçamentária prevista para tanto. A própria Constituição, em seu Art. 167, diz ser vedada, verbis, "a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais". O mesmo princípio está reafirmado no Art. 169, que trata, especificamente, da "despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

Outrossim, o citado Art. 100, em seu parágrafo 2º, permite ao Presidente do Tribunal autorizar o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito, exclusivamente do depósito das dotações orçamentárias e créditos consignados ao Poder Judiciário para pagamento das sentenças e recolhidos à repartição competente e, ainda assim, se houver sido preterido o direito de preferência ou prioridade do crédito cobrado por precatório.

Fora de tais limites, que são ditados pelo princípio republicano segundo o qual não pode haver despesa pública sem dotação orçamentária correspondente, a ordem de seqüestro é um "erro de ofício ou abuso de poder" (v. MONIZ ARAGÃO, "A Correição Parcial", 1969, páginas 76 e ss.), por mais bem intencionados que sejam os motivos que a ditam.

Ora, nos mandados executórios nºs 023/92 e 024/92, expedidos para cumprimento dos precatórios nºs 672/91 e 699/91, do Exmº Sr. Presidente da 7ª Região, e cujas cópias se encontram às fls. 07/08, não há sequer alusão à inobservância, pelo Município competente, de prioridade Constitucional estabelecida em favor dos "créditos alimentícios".

Por tudo o exposto, julgo procedente a presente reclamação, tornando definitiva a ordem de suspensão dos mandados executórios expedidos para pagamento imediato dos referidos precatórios.

Remeta-se cópia desta decisão a Requerente e a Autoridade Requerida.

Publique-se.

Brasília, 15 de julho de 1992.

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA
Corregedor Geral

Superior Tribunal Militar

Diretoria Judiciária

ATA DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS Nº. 050/92
DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA, EM 06 DE JULHO DE 1992

PRESIDENTE O EXMO SR. MINISTRO: HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

AS 16:25 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FOI(RAM) DISTRIBUIDO(S) ATRAVÉS DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, O(S) SEGUINTE(S) FEITO(S):

APELAÇÃO (FE)

PROCESSO: 046725-6/RJ

APELANTE: ALESSANDRO ALVES RODRIGUES, SD. EX., CONDENADO A 06 MESES DE PRISÃO, INCURSO NO ART. 187, DO CPM.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA 2ª AUDITÓRIA DO EXÉRCITO DA 13ª CJM, DE 14 DE MAIO DE 1992.

ADVOGADO(S): TERESA DA SILVA MOREIRA

RELATOR: LUIZ LEAL FERREIRA

REVISOR: EDUARDO PIRES GONCALVES

PROCESSO: 046727-2/AM

APELANTE: RENATO DOS SANTOS PINHEIRO, SD. EX., CONDENADO A 06 MESES DE PRISÃO, INCURSO NO ART. 187 DO CPM.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA AUDITORIA DA 12ª CJM, DE 18 DE MAIO DE 1992.

ADVOGADO(S): JOÃO THOMAS LUCHSINGER
BENEDITO DE JESUS PEREIRA TAVARES
RELATOR: JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO
REVISOR: ALDO DA SILVA FAGUNDES

PROCESSO: 046728-0/AM

APELANTE: RAIMUNDO ASSIS DOS SANTOS FILHO, SD. EX., CONDENADO A 04 MESES DE PRISÃO, INCURSO NO ART. 183, C/C O ART. 72, INCISO I, AMBOS DO CPM.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA AUDITORIA DA 12ª CJM, DE 20 DE MAIO DE 1992.

ADVOGADO(S): BENEDITO DE JESUS PEREIRA TAVARES

RELATOR: JORGE JOSÉ DE CARVALHO

REVISOR: PAULO CÉSAR CATALDO

APELAÇÃO (FO)

PROCESSO: 046723-8/RJ

APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR JUNTO A 2ª AUDITORIA DA AERONÁUTICA DA 13ª CJM.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO ESPECIAL DE JUSTIÇA DA 2ª AUDITORIA DA AERONÁUTICA DA 13ª CJM, DE 05/05/92, QUE ABSOLVEU O 1. TEN. AER. SÉRGIO CANDIDO CARVALHO QUEIROZ DOS SANTOS GOMES, O CB. AER. MARCO ANTONIO NUNES MACAMBIRA E OS SDS. AER. RUBEM LUIZ DO NASCIMENTO JUNIOR, JEAN OCHSENDORF DE OLIVEIRA, ARMISTRONG DUARTE DA SILVA, LUIZ FERNANDO VIANA, ALEXANDRE LOPES PACHECO, ROGERIO COSTA DE OLIVEIRA, EWERTON BRADLEY DO NASCIMENTO, HILDO MARTINS ALVES E O CIVIL JORGE DA SILVA FERNANDES, DO CRIME PREVISTO NO ART. 235 DO CPM.

ADVOGADO(S): JOSEMAR LEAL SANTANA

LOURDES MARIA CELSO DO VALLE

RELATOR: EDUARDO PIRES GONCALVES

REVISOR: CHERUBIM ROSA FILHO

PROCESSO: 046724-6/RJ

APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR JUNTO A 1ª AUDITORIA DE EXÉRCITO DA 13ª CJM.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA 1ª AUDITORIA DE EXÉRCITO DA 13ª CJM, DE 29 DE ABRIL DE 1992, QUE ABSOLVEU O SD. EX. FÁBIO JORGE BARRETO TAVARES, DO CRIME PREVISTO NO ART. 205 DO CPM.

ADVOGADO(S): GILDO ROLLEMBERG AGUIAR

CLARICE DO NASCIMENTO COSTA

ELEONORA SALLES DE CAMPOS BORGES

RELATOR: CHERUBIM ROSA FILHO

REVISOR: ALDO DA SILVA FAGUNDES

PROCESSO: 046726-2/RJ

APELANTE: LUIZ CLAUDIO DE OLIVEIRA BARROSO, SD. EX., CONDENADO A 02 MESES DE PRISÃO, INCURSO NO ART. 209 C/C O ART. 210 DO CPM, COM O BENEFÍCIO DO "SUSPIS" PELO PRAZO DE 02 ANOS.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA 3ª AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 13ª CJM, DE 05 DE MAIO DE 1992.

ADVOGADO(S): ANA MARIA DE OLIVEIRA SANTANA

MARIZA PEREIRA DO COUTO

RELATOR: JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO

REVISOR: PAULO CÉSAR CATALDO

EMBARGOS (FO)

PROCESSO: 046551-4/RJ

EMBARGANTE: WILSON RAMOS VILELA, 3. SGT. TEMP. EX.

EMBARGADO: O ACÓRDÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR DE 24/03/92.

ADVOGADO(S): CLAUDIONOR OLIVEIRA DE AGUIAR

RELATOR: JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA

REVISOR: PAULO CÉSAR CATALDO

REVISÃO CRIMINAL (FO)

PROCESSO: 001244-0/RJ

REQUERENTES: GEORGE DO CARMO NACLE, CB. FN. E RAIMUNDO NONATO LAMEIRA ROSA, SD. FN., SOLICITAM REVISÃO DA SENTENÇA DECISÓRIA DE 1ª INSTÂNCIA E DO ACÓRDÃO DE 26/11/91, LAURADO NOS AUTOS DA APELAÇÃO Nº 46.377-1.

ADVOGADO(S): CARMEM LUCIA ANDRADE DE MONTESINOS

RELATOR: JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA

REVISOR: ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES

MINISTROS	RESUMO GERAL			
	DISTRIBUIÇÃO		REDISTRIBUIÇÃO	
	RELATOR	REVISOR	RELATOR	REVISOR
ALDO DA SILVA FAGUNDES	0	2	0	0
ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES	0	1	0	0
CHERUBIM ROSA FILHO	1	1	0	0
EDUARDO PIRES GONCALVES	1	1	0	0
JOSÉ DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO	2	0	0	0
JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA	2	0	0	0
JORGE JOSÉ DE CARVALHO	1	0	0	0
LUIZ LEAL FERREIRA	1	0	0	0
PAULO CÉSAR CATALDO	0	3	0	0
TOTAL (IS)	8	8	0	0

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO, E EU, LUIZ MALTA COELHO, DIRETOR DA DIRETORIA JUDICIÁRIA, A SUBSCREVO.

Brasília, 06 de julho de 1992.

HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA
Presidente

ATA DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS Nº. 051/92
DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA, EM 07 DE JULHO DE 1992

PRESIDENTE O EXMO SR. MINISTRO: HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

AS 16:50 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FOI(RAM) DISTRIBUIDO(S) ATRAVÉS DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, O(S) SEGUINTE(S) FEITO(S):

APELAÇÃO (FO)

PROCESSO: 046723-8/RJ

APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR JUNTO A 2ª AUDITORIA DA AERONÁUTICA DA 13ª CJM.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO ESPECIAL DE JUSTIÇA DA 2ª AUDITORIA DA AERONÁUTICA DA 13ª CJM, DE 05/05/92, QUE ABSOLVEU O 1º TEN. AER. SÉRGIO CANDIDO CARVALHO QUEIROZ DOS SANTOS GOMES, O CB. AER. MARCO ANTONIO NUNES MACAMBIRA E OS SDS.

AER. RUBEM LUIZ DO NASCIMENTO JUNIOR, JEVAN OCHSENDORF DE OLIVEIRA, ARMSTRONG DUARTE DA SILVA, LUIZ FERNANDO VIANA, ALEXANDRE LOPES PACHECO, ROGERIO COSTA DE OLIVEIRA, EWERTON BRADLEY DO NASCIMENTO, HILDO MARTINS ALVES E O CIVIL JORGE DA SILVA FERNANDES, DO CRIME PREVISTO NO ART. 235 DO CPM.

ADVOGADO(S): JOSEMAR LEAL SANTANA

RELATOR: LOURDES MARIA CELSO DO VALLE

RELATOR: WILBERTO LUIZ LIMA (REDISTRIBUIÇÃO)

POR PREVENÇÃO: CORREICAO PARCIAL (FO) Nº 1400-7

REVISOR: CHERUBIM ROSA FILHO

===== RESUMO GERAL =====				
MINISTROS	DISTRIBUIÇÃO		REDISTRIBUIÇÃO	
	RELATOR	REVISOR	RELATOR	REVISOR
CHERUBIM ROSA FILHO	0	0	0	0
WILBERTO LUIZ LIMA	0	0	1	0
TOTAL (IS)	0	0	1	0

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO, E EU, LUIZ MALTA COELHO, DIRETOR DA DIRETORIA JUDICIÁRIA, A SUBSCREVO.

Brasília, 07 de julho de 1992.

HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA
Presidente

ATA DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS Nº. 052/92
DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA, EM 10 DE JULHO DE 1992

PRESIDENTE O EXMO SR. MINISTRO: HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

AS 15:45 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FOI(RAM) DISTRIBUIDO(S) ATRAVÉS DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, O(S) SEGUINTE(S) FEITO(S):

APELAÇÃO (FE)

PROCESSO: 046731-0/RJ

APELANTE: WELIANDRO NUNES DIAS, MN., CONDENADO A 03 MESES DE PRISÃO, INCURSO NO ART. 187, C/C O ART. 189, PRIMEIRA PARTE, AMBOS DO CPM.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA 2. AUDITORIA DE MARINHA DA 1. CJM, DE 04.06.92.

ADVOGADO(S): ELIANE OTTONI DE LUNA FREIRE

RELATOR: EVERALDO DE OLIVEIRA REIS

REVISOR: ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES

PROCESSO: 046732-9/RJ

APELANTE: ROBSON CARLOS RIBEIRO DE OLIVEIRA, SD. EX., CONDENADO A 04 MESES DE PRISÃO, INCURSO NO ART. 187, C/C O ART. 189, INCISO, AMBOS DO CPM.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA 2. AUDITORIA DO EXERCÍTO DA 1. CJM, DE 28.05.92.

ADVOGADO(S): TERESA DA SILVA MOREIRA

RELATOR: LUCIA MARIA LOBO

RELATOR: CHERUBIM ROSA FILHO

REVISOR: EDUARDO PIRES GONCALVES

PROCESSO: 046733-7/SP

APELANTE: PETER RIBEIRO ROA, SD. EX., CONDENADO A 06 MESES DE PRISÃO, INCURSO NO ARTIGO 187 DO CPM, COM O DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA 1A. AUDITORIA DA 2A. CJM, DE 26 DE MAIO DE 1992.

ADVOGADO(S): ARIIVALDO BARIONI CAMBRAIA

RELATOR: RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO

REVISOR: ALDO DA SILVA FAGUNDES

PROCESSO: 046734-5/SP

APELANTE: GILMAR LEMOS, SD. EX., CONDENADO A 06 MESES DE PRISÃO, INCURSO NO ARTIGO 187 DO CPM, COM O DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA 1A. AUDITORIA DA 2A. CJM, DE 26 DE MAIO DE 1992.

ADVOGADO(S): ARIIVALDO BARIONI CAMBRAIA

RELATOR: JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA

REVISOR: ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA

PROCESSO: 046735-3/RS

APELANTE: HILTON JESSE COSTA FOSSATI, SD. EX., CONDENADO A 06 MESES DE PRISÃO, INCURSO NO ARTIGO 187 DO CPM.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA 1A. AUDITORIA DA 3A. CJM,

DE 27 DE MAIO DE 1992.

ADVOGADO(S): BENEDITA MARINA DA SILVA

RELATOR: WILBERTO LUIZ LIMA

REVISOR: PAULO CESAR CATALDO

PROCESSO: 046736-1/AM

APELANTE: CARLOS JOSE SILVA DE SOUZA, SD. EX., CONDENADO A 04 MESES DE PRISÃO, INCURSO NO ARTIGO 188, INCISO I, C/C OS ARTIGOS 187 E 189, INCISO I, TODO DO CPM.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA AUDITORIA DA 12A. CJM, DE 26 DE MAIO DE 1992.

ADVOGADO(S): JOAO THOMAS LUCHSINGER

RELATOR: JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA

POR PREVENÇÃO: CLASSE.: 300 - RECURSO CRIMINAL (FE)

PROCESSO: 006014-5

REVISOR: ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES

PROCESSO: 046737-0/AM

APELANTE: ADINAMAR PEREIRA FRANCO, SD. EX., CONDENADO A 06 MESES DE PRISÃO, INCURSO NO ARTIGO 187 DO CPM.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA AUDITORIA DA 12A. CJM, DE 28 DE MAIO DE 1992.

ADVOGADO(S): BENEDITO DE JESUS PEREIRA TAVARES

RELATOR: GEORGE BELHAM DA MOTTA

REVISOR: ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA

APELAÇÃO (FO)

PROCESSO: 046729-7/PR

APELANTE: JAIR CORREA DOS SANTOS, CB. EX., CONDENADO A 02 MESES DE PRISÃO, INCURSO NO ART. 210 DO CPM, COM O BENEFÍCIO DO "SUSIS" PELO PRAZO DE 02 ANOS.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA AUDITORIA DA 5. CJM, DE 14.05.92.

ADVOGADO(S): EDGAR LEITE DOS SANTOS

RELATOR: EDUARDO PIRES GONCALVES

REVISOR: EVERALDO DE OLIVEIRA REIS

PROCESSO: 046730-0/RS

APELANTE: O MINISTERIO PUBLICO MILITAR JUNTO A 3. AUDITORIA DA 3. CJM.

APELADA: A SENTENÇA DO CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA DA 3. AUDITORIA DA 3. CJM, DE 21.05.92, QUE ABSOLVEU O CIVIL LEONCO OZILEI SILVEIRA DA SILVA, DOS CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 210 E 262, C/C O ART. 266, TODO DO CPM.

ADVOGADO(S): JOAO CARLOS TEIXEIRA

RELATOR: LUIZ LEAL FERREIRA

POR PREVENÇÃO: CLASSE.: 320 - RECURSO CRIMINAL (FO)

PROCESSO: 005994-1

REVISOR: ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA

DESAFORAMENTO

PROCESSO: 000346-0/RJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ-AUDITOR DA 3A. AUDITORIA DO EXERCÍTO DA 1A. CJM, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 109, PARÁGRAFO PRIMEIRO, ALÍNEA "C", DO CPPM, PEDE O DESAFORAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL DE DESERÇÃO Nº. 287/92, REFERENTE AO EX-SD. EX. A- DOLFO ALMEIDA DE SOUZA JUNIOR, PARA A AUDITORIA DA 10A. CJM.

RELATOR: JOSE DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO

PETICAO ADMINISTRATIVA (STM)

PROCESSO: 000064-0/RJ

LEOPOLDO GUTENBERG DE ANDRADE, TÉCNICO JUDICIÁRIO DO QUADRO PERMANENTE DAS AUDITÓRIAS, LOTADO E EM EXERCÍCIO NA 2A. AUDITORIA DA AERONÁUTICA DA 1A. CJM, REPRESENTA CONTRA O EXMO. SR. MINISTRO-RELATOR DA PETICAO ADMINISTRATIVA Nº. 59-4.

RELATOR: RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO

===== RESUMO GERAL =====				
MINISTROS	DISTRIBUIÇÃO		REDISTRIBUIÇÃO	
	RELATOR	REVISOR	RELATOR	REVISOR
ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA	0	3	0	0
ALDO DA SILVA FAGUNDES	0	1	0	0
ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES	0	2	0	0
CHERUBIM ROSA FILHO	1	0	0	0
EVERALDO DE OLIVEIRA REIS	1	1	0	0
EDUARDO PIRES GONCALVES	1	1	0	0
GEORGE BELHAM DA MOTTA	1	0	0	0
JOSE DO CABO TEIXEIRA DE CARVALHO	1	0	0	0
JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA	2	0	0	0
LUIZ LEAL FERREIRA	1	0	0	0
PAULO CESAR CATALDO	0	1	0	0
RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO	2	0	0	0
WILBERTO LUIZ LIMA	1	0	0	0
TOTAL (IS)	11	9	0	0

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO, E EU, LUIZ MALTA COELHO, DIRETOR DA DIRETORIA JUDICIÁRIA, A SUBSCREVO.

Brasília, 10 de julho de 1992.

HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA
Presidente

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
Publicação para fins de intimação

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 279-6/DF

Recorrente : RICARDO LUIS ABREU DO COUTO, 1º Tenente do Exército

Recorrida : A Justiça Militar Federal

Advogada : Dra. RONILDA NOBLAT

D E S P A C H O

RICARDO LUIS ABREU DO COUTO, 1º Tenente do Exército, por sua advogada legalmente constituída, Drª. RONILDA NOBLAT, interpõe' o presente Recurso Extraordinário, com fulcro no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, e nos artigos 570 e seguintes do Código de Processo Penal Militar, contra o Decisum, do Superior Tribunal Militar, proferido nos autos dos Embargos número 46.211-6 (BA), por entender violado o dispositivo constitucional in sito no artigo 5º, inciso LV, da Carta Maior, uma vez que na fase instrutória do Processo, deixou de ser notificada para a audiência de inquirição de testemunhas, por precatória, não obstante ter ofe recido quesitos às mesmas, e ter sido nomeado defensor dativo para participar do ato, configurando-se, a seu sentir, verdadeiro cerceamento de defesa. Insurge-se, ainda, contra a dosimetria da pena imposta ao Recorrente, tendo-a por exacerbada, ao arrepio do inciso XLVI, do artigo 5º, da Constituição Federal.

O Acórdão recorrido está assim ementado, in verbis :

"EMENTA. EMBARGOS. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. EXTORSÃO. TENTATIVA DE ESTUPRO. Acórdão em bargado que especificou de forma precisa e detalhada todos os crimes e as penas aplicadas ao embargante, não restando caracterização de qualquer erro material na dosimetria da pena definitiva imposta. Inaplicável, in casu, o regime semi-aberto para o cumprimento inicial da pena, tendo em vista o quantum da pena privativa de liberdade. Rejeitados, os embargos. Decisão majoritária."

O Aresto impugnado, além dos aspectos abrangidos na e menta supratranscrita, abordou a preliminar de nulidade prequestionada pela Defesa, nos termos seguintes, ad litteram:

"Inicialmente, convém esclarecer que não há qualquer nulidade a ser declarada. O alegado cerceamento de defesa não restou caracterizado, como bem demonstrou a Sentença e, notadamente, o Acórdão embargado, que de forma precisa e didática, espancou todas as teses in vocadas pela Defesa, na Apelação, e repeti das agora com o presente recurso. A propósi

to, é oportuno destacar do Aresto hostiliza-
do os seguintes trechos, constantes da funda-
mentação (Fls. 1199/1200)."

"Todavia, se a preliminar suscita da pela Defesa vence o Juízo de conhecimento, não merece prosperar, no seu propósito.

A regra do art. 499 do CPPM é, no caso, uma barreira intransponível. A Defesa não demonstrou nenhum prejuízo decorrente da ausência de sua titular, na audiência. Aliás, não poderia fazê-lo, porque as testemunhas responderam os quesitos que lhes foram apresentados.

Com estas considerações, é de ser conhecida a preliminar argüida pela Defesa, devendo, contudo, ser rejeitada por falta de amparo legal".

Vale lembrar que o Tribunal rejeitou a preliminar por unanimidade, no julgamento da Apelação".

O Recurso de Apelação acima referido teve seu Acórdão assim ementado, verbis:

"EXTORSÃO, por duas vezes, ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR, ESTUPRO CONSUMADO E ESTUPRO TENTADO, por duas vezes. Recurso do MPM e da Defesa, suscitando esta preliminar de nulidade parcial devido a intimações recebidas tidas como em desacordo com a norma processual castrense. Expressão acusatória não comprovada, em sua totalidade, na instrução criminal. Por unanimidade, rejeitada a preliminar. No mérito, por maioria, provido, em parte, o recurso do MPM para advir a condenação pelo delito de atentado violento ao pudor, e, ainda por maioria, dado provimento parcial ao apelo da Defesa para, mantida a condenação, limitá-la a um só crime de extorsão e uma tentativa de estupro".

Oficiando nos autos, a douta Procuradoria-Geral da Justiça Militar, representada pelo digno Procurador, Dr. MARCO ANTONIO PINTO BITTAR, opina pela inadmissão do Apelo Extremo sub examen, uma vez que o Recorrente não demonstrou o prejuízo que alega ter resultado à sua plena defesa, o que, de per si, constitui barreira intransponível ao conhecimento do pleito. Lastreou o entendimento supra em precedentes do Pretório Excelso, na exegese dos artigos 499, do Código de Processo Penal Militar, e 563, do Código de Processo Penal, e na inteligência da Súmula nº 523, do Supremo Tribunal Federal.

Quanto à fixação da pena, o insigne Procurador Militar, transcrevendo o teor do Acórdão ora hostilizado, na parte concernente à matéria, ressaltou a forma irretorquível com que foi lavrado, concluindo por impugnar a pretensão recursal.

É o Relatório.

DECIDÔ:

Primo, cumpre observar que o Recurso foi interposto tempestivamente, conforme faz prova a certidão de folhas 55.

De meritis, porém, verifica-se a ausência dos pressupostos legais autorizadores de sua admissão.

Com efeito, depreende-se das transcrições dos Arestos pertinentes, postas à lume na parte primeira do presente instrumento, que o Recorrente vem insistindo na tese do cerceamento de defesa, desde a Instância a quo, sendo, reiteradamente, rejeitada a postulação ante a ausência de enfoque demonstrativo de real prejuízo. Assim foi na Sentença do Conselho Especial de Justiça na Auditoria da 6ª CJM, no Acórdão prolatado, por unanimidade, no recurso de Apelação, e nos Embargos Infringentes do julgado e de Nulidade.

Na petição de Recurso sub examen não é diferente. O Recorrente retorna à tese do cerceamento de defesa sem, todavia, apontar onde e como se produziu o prejuízo à parte.

A diligente Advogada traz à colação citações de autores do jaez de CELSO RIBEIRO BASTOS e IVES GANDRA MARTINS, enalteçando o princípio da ampla defesa. Contudo, na hipótese vertente, quanto à matéria fática pertinente a estes autos, permanece obscura a ocorrência do prejuízo, à míngua de indicação objetiva, estreme de dúvida, do desfalque defensivo.

A Suprema Corte tem por pacífica a necessidade de demonstração do dano. Tão pacífica que mereceu um verbete na Súmula daquele pretório, a saber, a de nº 523, in verbis:

"No processo Penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu".

A este postulado soma-se copiosa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, transcrita, em parte, pelo ilustre representante da Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

No que diz respeito à dosimetria da pena, resta patente nestes autos, com clareza meridiana, que o Acórdão ora atacado foi minucioso, carteziano e, até mesmo, didático ao abordar cada um dos crimes praticados pelo Recorrente, fixando-lhes a pena respectiva, observado, rigorosamente, o critério trifásico, assente no direito penal pátrio, para, afinal, estabelecer a pena unificada, de forma escoreita.

Inexistente, destarte, a pretendida violação a dispositivos da Carta Magna.

Ex positis, deixo de admitir o presente Recurso Extraordinário, negando-lhe seguimento.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de julho de 1992.

MINISTRO-PRESIDENTE HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA
General-de-Exército

Corregedoria Geral da Justiça Militar

ATA Nº 6/92

AUDIENCIA REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1992

Aos trinta dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e dois, nesta cidade de Brasília/DF, na sede da Auditoria de Correição da Justiça Militar, presentes o Juiz-Auditor Corregedor, Dr. Carlos Augusto Cardoso de Moraes Rego e a Diretora de Secretaria, Dra. Vera Regina Saliba Alves Branco, foi, pelo Corregedor, declarada aberta a audiência às 14:30 horas. A seguir foram publicados os despachos proferidos nos autos vistos em correição (pelo Juiz-Auditor Corregedor, em exercício, no período 01 a 17 e pelo Juiz-Auditor Corregedor no período de 19 a 30), na forma do art. 45, II, letra "b", do DI. de Organização Judiciária Militar e do Provimento nº 18 do Exmo. Sr. Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar.

AUTOS REMETIDOS AO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. AUDITORIA DA 4ª. CJM. ARQUIVAMENTO. APELAÇÃO. AF n. 1412/92, APE 46366-8, AUD4CJM, 1 vol. Vanderlei Irineu - Isento. FORMA ORDINÁRIA. AF n. 1448/92, FO 14/91-3, AUD4CJM, 1 vol. Fernando Miranda de Almeida - Acusado. AF n. 1469/92, FO 7/92-5, AUD4CJM, 1 vol. Antonio Melo Alves - Acusado. INSTRUÇÃO PROVISÓRIA INSUBMISSÃO. AF n. 1442/92, IPI 447/92, AUD4CJM, 1 vol. Jose Toledo de Oliveira Neto - Insubmissão. INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1441/92, IPH 44/91, AUD4CJM, 1 vol. Jose da Cruz Macedo de Oliveira e outros - Indiciado. Visto, etc. Ao Arquivo do STM, oportunamente. A numeração das fls. 149 e 150 estão sem rubrica. Brasília/DF, 09 de junho de 1992. AUTOS REMETIDOS AS AUDITÓRIAS DE ORIGEM (Provis. No. 10-STM). 1A. AUDITORIA DA MARINHA DA 1A. CJM. ARQUIVAMENTO. APELAÇÃO. AF n. 1401/92, APE 45954-7, 1MARICJM, 1 vol. Luiz Paulo Moraes do Nascimento - Condenado. AF n. 1402/92, APE 46845-6, 1MARICJM, 1 vol. Ilmar Cordeiro Teixeira - Condenado. DESERÇÃO. AF n. 1428/92, DES 515/91-4, 1MARICJM, 1 vol. Alexandre Lopes Fontao - Desertor. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Na duas folhas com numeração 28. Apos fls. 49, segue-se fls. 51; Apos fls. 72 segue-se uma folha sem número. Brasília/DF, 04 de junho de 1992. AF n. 1430/92, DES 506/92-3, 1MARICJM, 1 vol. Paulo Cesar Mathias de Jesus - Desertor. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Apos fls. 111, segue-se fls. 115. Brasília/DF, 09 de junho de 1992. INSTRUÇÃO PROVISÓRIA DESERÇÃO. AF n. 1583/92, IPD 264/92, 1MARICJM, 1 vol. Gilberto Macedo da Silva - Desertor. INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1429/92, IPH 18/92, 1MARICJM, 1 vol. Ivan da Silva Marins - Encarregado de Inquerito. 2A. AUDITORIA DE MARINHA DA 1A. CJM. ARQUIVAMENTO. DESERÇÃO. AF n. 1448/92, DES 506/92-1, 2MARICJM, 1 vol. Jorge Ricardo dos Santos Farias - Desertor. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. De fls. 42 em diante, até final dos autos, a numeração está errada. Brasília/DF, 11 de junho de 1992. AF n. 1600/92, DES 501/92-0, 2MARICJM, 1 vol. Daniel Alves Menezes - Desertor. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que faltam as assinaturas do Diretor de Secretaria nos carimbos de recebimento (fls. 66) e de juntada (fls. 93, v.), bem como que a data correta do trânsito em julgado seria a de 16.06.92. Brasília/DF, 30 de junho de 1992. AF n. 1601/92, DES 510/92-9, 2MARICJM, 1 vol. Daniel Alves Menezes - Desertor. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que falta a assinatura do Diretor de Secretaria no carimbo de juntada de fls. 82, v., bem como que a data correta do trânsito em julgado seria a de 16.06.92. Brasília/DF, 30 de junho de 1992. EXECUÇÃO PENAL. AF n. 1446/92, EXE, 2MARICJM, 1 vol. Floriano Almeida da Silva - Condenado. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Entre fls. 12 e 13 há uma folha sem numeração. Falta despacho do Juiz-Auditor no requerimento. Brasília/DF, 11 de junho de 1992. AF n. 1602/92, EXE, 2MARICJM, 1 vol. Carlos Ataíde de Oliveira Moronha - Condenado. AF n. 1603/92, EXE, 2MARICJM, 1 vol. Ricardo Francisco dos Santos - Condenado. FORMA ORDINÁRIA. AF n. 1449/92, FO 4/92-6, 2MARICJM, 1 vol. Robervaldo Pereira dos Santos - Acusado. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Fls. 112 - carimbo de recebimento sem assinatura do Diretor de Secretaria. Brasília/DF, 11 de junho de 1992. AF n. 1450/92, FO 1/92-7, 2MARICJM, 2 vols. Manoel Venancio Lira - Acusado. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Fls. 255 - há um carimbo de recebimento sem assinatura do Diretor de Secretaria. Brasília/DF, 11 de junho de 1992. AF n. 1598/92, FO 5/92-2, 2MARICJM, 1 vol. Marcio Guimarães Pires - Acusado. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que as fls. 38 não houve rubrica, ao passo que existem duas com a mesma numeração (fls. 43), bem como esta incorreta a data do trânsito em julgado que deveria ser a de 10.06.92. Brasília/DF, 30 de junho de 1992. INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1445/92, IPH 19/92, 2MARICJM, 1 vol. Marcos Luiz dos Santos - Encarregado de Inquerito. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Fls. 292 - falta despacho do Juiz-Auditor na promoção do NPM. Brasília/DF, 11 de junho de 1992. AF n. 1447/92, IPH 18/92, 2MARICJM, 1 vol. Walter da Silva Muniz Junior - Encarregado de Inquerito. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. De fls. 25 em diante, até o final dos autos, a numeração está incorreta. Brasília/DF, 11 de junho de 1992. EXECUÇÃO DESERÇÃO. AF n. 1599/92, DES 511/92-5, 2MARICJM, 1 vol. William Ribeiro-Souza - Desertor. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para prosseguir em execução, com instauração de procedimento executório, ressalvando-se que a data correta do trânsito em julgado seria a de 16.06.92. Brasília/DF, 30 de junho de 1992. 1A. AUDITORIA DO EXERCÍTO DA 1A. CJM. ARQUIVAMENTO. APELAÇÃO. AF n. 1403/92, APE 46384-6, 1EXICJM, 1 vol. Rogerio Custodio da Silva - Condenado. EXECUÇÃO PENAL. AF n. 1421/92, EXE, 1EXICJM, 1 vol. Jose Dilton Oliveira Filho - Condenado. INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1604/92, IPH 26/92, 1EXICJM, 1 vol. Ronaldo Lima dos Santos - Encarregado de Inquerito. 2A. AUDITORIA DO EXERCÍTO DA 1A. CJM. ARQUIVAMENTO. APELAÇÃO. AF n. 1405/92, APE 46369-2, 2EXICJM, 1 vol. Pedro da Silva Filho - Condenado. EXECUÇÃO PENAL. AF n. 1570/92, EXE, 2EXICJM, 1 vol. Raibundo Rui Franco Barbosa - Condenado. AF n. 1571/92, EXE, 2EXICJM, 1 vol. Marcos Antonio Braga Lima - Condenado. AF n. 1572/92, EXE, 2EXICJM, 1 vol. Gilmar Ventura - Condenado. AF n. 1573/92, EXE, 2EXICJM, 1 vol. Alzeir Madeira Alves - Condenado. AF n. 1574/92, EXE, 2EXICJM, 1 vol. Carlos Magno Candido - Condenado. AF n. 1575/92, EXE, 2EXICJM, 1 vol. Roberto Inacio dos Santos Lima - Condenado. INSUBMISSÃO. AF n. 1451/92, IWS 502/92-2, 2EXICJM, 1 vol. Marcelo Calheiros de Lima - Insubmissão. INSTRUÇÃO PROVISÓRIA DESERÇÃO. AF n. 1431/92, IPD 276/92, 2EXICJM, 1 vol. Claudio Melo de Almeida - Desertor. AF n. 1586/92, IPD 293/92, 2EXICJM, 1 vol. Marco Aurelio Miranda Ben Querer - Desertor. INSTRUÇÃO PROVISÓRIA INSUBMISSÃO. AF n. 1576/92, IPI 12/91, 2EXICJM, 1 vol. Luiz Fernando dos Santos - Insubmissão. INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1452/92, IPH 29/92, 2EXICJM, 1 vol. Jonas Machado dos Santos e outros - Indiciado. AF n. 1584/92, IPH 28/92, 2EXICJM, 1 vol. Carlos Magno Silva Dias e outro - Indiciado. AF n. 1585/92, IPH 27/92, 2EXICJM, 1 vol. Luiz Antonio Martins - Encarregado de Inquerito. AF n. 1587/92, IPH 26/92, 2EXICJM, 1 vol. Clecio Teixeira de Moraes - Indiciado. EXECUÇÃO. APELAÇÃO. AF n. 1404/92, APE 46328-3, 2EXICJM, 3 vols. Eduardo da Silva - Condenado. 3A. AUDITORIA DO EXERCÍTO DA 1A. CJM. ARQUIVAMENTO. APELAÇÃO. AF n. 1406/92, APE 46395-1, 3EXICJM, 1 vol. Epaminondas Diogo Siqueira - Isento. EXECUÇÃO PENAL. AF n. 1604/92, EXE, 3EXICJM, 1 vol. Paulo Cesar do Carmo - Condenado. INSTRUÇÃO PROVISÓRIA DESERÇÃO. AF n. 1437/92, IPD 261/92, 3EXICJM, 1 vol. Paulo Copello dos Santos - Desertor. INSTRUÇÃO PROVISÓRIA INSUBMISSÃO. AF n. 1432/92, IPI 263/92, 3EXICJM, 1 vol. Jose Cloves Xavier Ferreira - Insubmissão. AF n. 1433/92, IPI 286/92, 3EXICJM, 1 vol. Alexandre Machado da Costa - Insubmissão. AF n. 1435/92, IPI 271/92, 3EXICJM, 1 vol. Daniel Alves Paulino - Insubmissão. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, fls. 09, 10 e 11 com numeração no verso. Brasília/DF, 09 de junho de 1992. AF n. 1434/92, IPI 289/92, 3EXICJM, 1 vol. Humberto Cesar dos Santos - Insubmissão. INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1577/92, IPH 22/92, 3EXICJM, 1 vol. Marcio da Silva Campos - Indiciado. AF n. 1607/92, IPH 27/92, 3EXICJM, 1 vol. Rafael Angelo de Azevedo Gultar - Encarregado de Inquerito. AF n. 1608/92, IPI 23/92, 3EXICJM, 1 vol. Anderson Teixeira Vasconcelos e outro - Indiciado. EXECUÇÃO DESERÇÃO. AF n. 1605/92, DES 503/92-2, 3EXICJM, 1 vol. Alexandre Moulin da Cunha - Desertor. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para prosseguir em execução, com instauração de procedimento executório, ressalvando-se que a data correta do trânsito em julgado é a de 09.06.92. Brasília/DF, 30 de junho de 1992. 1A. AUDITORIA AERONÁUTICA DA 1A. CJM. ARQUIVAMENTO. INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1578/92, IPH 6/92, 1AERICJM, 1 vol. Luiz Claudio Ribeiro da Silva - Encarregado de Inquerito. 1A. AUDITORIA DA 2A. CJM.

ARQUIVAMENTO. DESERCAO. AF n. 1422/92, DES 508/92-7, 1AUD2CJM, 1 vol. Elias Ribeiro da Silva - Desertor. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Fls. 29 - certidão com assinatura do Diretor de Secretaria em fotocópia. Brasília/DF, 04 de junho de 1992. AF n. 1610/92, DES 506/92-4, 1AUD2CJM, 1 vol. Amarildo Carlos Mateus - Desertor. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, com as seguintes ressalvas: a) não foi respeitado o prazo previsto no art. 443 do CPPM para a leitura da sentença; b) não esta correta a data do trânsito em julgado, que deveria ser a de 16.06.92. Brasília/DF, 30 de junho de 1992. FORMA ORDINARIA. AF n. 1609/92, FO 12/92-1, 1AUD2CJM, 1 vol. Reinaldo Benedito Timoteo Zanin - Acusado. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, com as seguintes ressalvas: a) não ter sido respeitado o prazo previsto no artigo 443 do CPPM para leitura da sentença; b) não estar correta a data do trânsito em julgado, que deveria ser a de 16.06.92. Brasília/DF, 30 de junho de 1992. AF n. 1612/92, FO 10/92-9, 1AUD2CJM, 1 vol. Robson Romiel Dias - Acusado. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, com as seguintes ressalvas: a) o prazo previsto no art. 443 do CPPM não foi respeitado; b) o trânsito em julgado da respeitável sentença ocorreu no dia 16.06.92 e não em 15.06.92, como certificado as fls. 241. Brasília/DF, 30 de junho de 1992. INSUBMISSAO. AF n. 1611/92, INS 510/92-1, 1AUD2CJM, 1 vol. Carlos Roberto Pereira da Silva - Insubmisso. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, com a ressalva de que, ao contrario do que certificado as fls. 89, o trânsito em julgado ocorreu em 16.06.92. Brasília/DF, 30 de junho de 1992. INSTRUCAO PROVISORIA INSUBMISSAO. AF n. 1453/92, IPI 275/91, 1AUD2CJM, 1 vol. Carlos Gomes de Lima - Insubmisso. 2A. AUDITORIA DA 2A. CJM. ARQUIVAMENTO. APELACAO. AF n. 1407/92, APE 45920-2, 2AUD2CJM, 1 vol. Flavio Capobianco Filho - Condenado. FORMA ORDINARIA. AF n. 1454/92, FO 8/91-4, 2AUD2CJM, 2 vols. Claudio Blume e outros - Acusado. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Falta fls. 136. De fls. 363 pula para fls. 379. De fls. 393 volta para 364. Apos fls. 378 passa para 394. Brasília/DF, 16 de junho de 1992. INSTRUCAO PROVISORIA DESERCAO. AF n. 1613/92, IPO 361/92, 2AUD2CJM, 1 vol. Anderson Godoi Moreira - Desertor. INSTRUCAO PROVISORIA INSUBMISSAO. AF n. 1423/92, IPI 275/91, 2AUD2CJM, 1 vol. Moises Marcelino da Andrade - Insubmisso. AF n. 1434/92, IPI 255/92, 2AUD2CJM, 1 vol. Aurimar Lima de Figueiredo - Insubmisso. AF n. 1455/92, IPI 251/92, 2AUD2CJM, 1 vol. Armando Kassen - Insubmisso. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Falta rubrica fls. 20. Brasília/DF, 16 de junho de 1992. AF n. 1456/92, IPI 253/92, 2AUD2CJM, 1 vol. Jose Edgard Costa Filho - Insubmisso. AF n. 1457/92, IPI 257/92, 2AUD2CJM, 1 vol. Edgar Salles Guerreiro - Insubmisso. AF n. 1458/92, IPI 259/92, 2AUD2CJM, 1 vol. Orlando Moura da Silva - Insubmisso. AF n. 1459/92, IPI 261/92, 2AUD2CJM, 1 vol. Antonio Bessera dos Santos - Insubmisso. AF n. 1460/92, IPI 267/92, 2AUD2CJM, 1 vol. Antonio Rufino Matos - Insubmisso. AF n. 1461/92, IPI 273/92, 2AUD2CJM, 1 vol. Jose Joel dos Santos - Insubmisso. AF n. 1462/92, IPI 269/92, 2AUD2CJM, 1 vol. Helio Cristino de Souza - Insubmisso. AF n. 1463/92, IPI 271/92, 2AUD2CJM, 1 vol. Manoel Gonçalves da Silva - Insubmisso. AF n. 1579/92, IPI 283/91, 2AUD2CJM, 1 vol. Aparecido Donizeti Dias - Insubmisso. AF n. 1614/92, IPI 262/92, 2AUD2CJM, 1 vol. Diogenes Menin Neto - Insubmisso. AF n. 1615/92, IPI 263/92, 2AUD2CJM, 1 vol. Samuel Francisco Ribeiro Junior - Insubmisso. EXECUCAO. APELACAO. AF n. 1408/92, APE 46399-9, 3AUD2CJM, 1 vol. Lourival Ribeiro Cruz - Condenado. 3A. AUDITORIA DA 2A. CJM. ARQUIVAMENTO. APELACAO. AF n. 1409/92, APE 46391-9, 3AUD2CJM, 1 vol. Valter Alfredo dos Santos - Isento. AF n. 1410/92, APE 46392-7, 3AUD2CJM, 1 vol. Alexandre de Oliveira Xavier - Condenado. DESERCAO. AF n. 1464/92, DES 505/92-8, 3AUD2CJM, 1 vol. Robson Augusto Bravo Graca - Desertor. FORMA ORDINARIA. AF n. 1395/92, FO 12/91-0, 3AUD2CJM, 9 vols. Sinao Dornel Borges e outros - Acusado. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Fls. 1426 sem assinatura do Juiz-Auditor. Brasília/DF, 02 de junho de 1992. AF n. 1508/92, FO 10/92-5, 3AUD2CJM, 1 vol. Jose Alberto Torres Muiz Ventura - Acusado. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se a falta de assinatura do Diretor de Secretaria no carimbo de fls. 94. Brasília/DF, 26 de junho de 1992. INQUERITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1508/92, IPN 21/92, 3AUD2CJM, 1 vol. Wagner Marcelo Lourencine - Indiciado. DEVIDOS FINS. EXPEDIENTE. AF n. 1445/92, EXP, 3AUD2CJM, 1 vol. Osvaldo de Lima Mesquita Filho - Interessado. 1A. AUDITORIA DA 3A. CJM. ARQUIVAMENTO. APELACAO. AF n. 1411/92, APE 46380-9, 1AUD3CJM, 1 vol. Carlos Alberto Rodrigues - Isento. DESERCAO. AF n. 1397/92, DES 501/92-7, 1AUD3CJM, 1 vol. Ronaldo Antonio Ferreira dos Santos - Desertor. AF n. 1399/92, DES 512/91-0, 1AUD3CJM, 1 vol. Joao Carlos Dias da Silva - Desertor. EXECUCAO PENAL. AF n. 1589/92, EXE, 1AUD3CJM, 1 vol. Luciano Soares Cardoso - Condenado. INSUBMISSAO. AF n. 1398/92, INS 502/92-3, 1AUD3CJM, 1 vol. Luciano Soares Cardoso - Insubmisso. INSTRUCAO PROVISORIA DESERCAO. AF n. 1424/92, IPD 279/92, 1AUD3CJM, 1 vol. Carlos Alberto Lech - Desertor. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Duas folhas com a mesma numeracao fls. 25. Brasília/DF, 04 de junho de 1992. INQUERITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1438/92, IPN 17/92, 1AUD3CJM, 1 vol. Suzana Ferreira Krampe e outro - Indiciado. EXECUCAO. FORMA ORDINARIA. AF n. 1396/92, FO 9/91-7, 1AUD3CJM, 1 vol. Jose Azevedo Moraes da Silva - Acusado. 2A. AUDITORIA DA 3A. CJM. ARQUIVAMENTO. EXECUCAO PENAL. AF n. 1630/92, EXE, 2AUD3CJM, 1 vol. Valdeir Soares - Condenado. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, com as ressalvas de que existem duas folhas com a mesma numeracao (19), bem como faltar a assinatura do Sr. Diretor de Secretaria no carimbo de fls. 30.v. (conferir com o original). Brasília/DF, 30 de junho de 1992. AF n. 1631/92, EXE, 2AUD3CJM, 1 vol. Marco Antonio Diez Leal - Condenado. FORMA ORDINARIA. AF n. 1426/92, FO 2/91-0, 2AUD3CJM, 1 vol. Sigomar Hugo Schlacht - Acusado. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Apos fls. 207 segue-se fls. 289 continuando com a numeracao com fls. 209. A folha seguinte a 253 esta sem numero. Brasília/DF, 04 de junho de 1992. AF n. 1427/92, FO 2/92-9, 2AUD3CJM, 2 vols. Paulo Roberto Zambrano da Silva - Acusado. INSTRUCAO PROVISORIA INSUBMISSAO. AF n. 1590/92, IPI 275/92, 2AUD3CJM, 1 vol. Joao Francisco Ribeiro Dornelles - Insubmisso. AF n. 1591/92, IPI 276/92, 2AUD3CJM, 1 vol. Luis Roberto Ribas - Insubmisso. INQUERITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1428/92, IPN 14/92, 2AUD3CJM, 1 vol. Joao Antonio Rego Costa e outro - Indiciado. AF n. 1466/92, IPN 13/92, 2AUD3CJM, 1 vol. Claudio Amarino Santos Serpa e outros - Indiciado. 3A. AUDITORIA DA 3A. CJM. ARQUIVAMENTO. INSTRUCAO PROVISORIA DESERCAO. AF n. 1439/92, IPD 221/90, 3AUD3CJM, 1 vol. Luiz Carlos Ferreira dos Santos - Desertor. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Falta assinatura do Diretor de Secretaria no carimbo de recebimento de fls. 61. Brasília/DF, 09 de junho de 1992. INSTRUCAO PROVISORIA INSUBMISSAO. AF n. 1467/92, IPI 153/90, 3AUD3CJM, 1 vol. Geraldo Bica Valenca - Insubmisso. AF n. 1592/92, IPI 273/92, 3AUD3CJM, 1 vol. Ademir Jose Ribeiro de Moraes - Insubmisso. INQUERITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1468/92, IPN 13/92, 3AUD3CJM, 1 vol. Heitor Freire de Abreu e outro - Indiciado. AF n. 1593/92, IPN 14/92, 3AUD3CJM, 1 vol. Antao Cezar Pereira - Indiciado. AUDITORIA DA 5A. CJM. ARQUIVAMENTO. APELACAO. AF n. 1413/92, APE 46365-0, AUD5CJM, 1 vol. Clauimir Antonio Tatto - Isento. INSTRUCAO PROVISORIA DESERCAO. AF n. 1594/92, IPD 394/92, AUD5CJM, 1 vol. Adalto Lopes de Souza - Desertor. AF n. 1617/92, IPD 397/92, AUD5CJM, 1 vol. Romao Augusto Ortega - Desertor. AF n. 1618/92, IPD 252/92, AUD5CJM, 1 vol. Sergio Wanderley Villar Gonçalves - Desertor. INSTRUCAO PROVISORIA INSUBMISSAO. AF n. 1478/92, IPI 386/92, AUD5CJM, 1 vol. Alexandre Alvares Martins - Insubmisso. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Fls. 19.v. Ha um carimbo sem assinatura do Diretor de Secretaria. Brasília/DF, 16 de junho de 1992. AF n. 1471/92, IPI 301/92, AUD5CJM, 1 vol. Joao Pereira de Souza - Insubmisso. AF n. 1619/92, IPI 255/92, AUD5CJM, 1 vol. Dirceu Jungles - Insubmisso. INQUERITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1616/92, IPN 27/92, AUD5CJM, 1 vol. Altair Jose Polsin - Encarregado de Inquerito. EXECUCAO. APELACAO. AF n. 1414/92, APE 46368-2, AUD5CJM, 1 vol. Jose Odair Scheidt - Condenado. AUDITORIA DA 6A. CJM. ARQUIVAMENTO. INSTRUCAO PROVISORIA INSUBMISSAO. AF n. 1425/92, IPI 257/92, AUD6CJM, 1 vol. Gerson Araujo da Silva - Insubmisso. EXECUCAO. APELACAO. AF n. 1415/92, APE 46269-4, AUD6CJM, 2 vols. Francisco Soares da Silva - Condenado. AUDITORIA DA 7A. CJM. ARQUIVAMENTO. INSTRUCAO PROVISORIA INSUBMISSAO. AF n. 1581/92, IPI 240/92, AUD7CJM, 1 vol. Joao dos Santos Oliveira - Insubmisso. INQUERITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1443/92, IPN 11/92, AUD7CJM, 2 vols. Olavo do Nascimento Pereira - Indiciado. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento. Falta assinatura do Diretor de Secretaria no carimbo de vista de fls. 207. Brasília/DF, 09 de junho de 1992. EXECUCAO. APELACAO. AF n. 1416/92, APE 46396-8, AUD7CJM, 1 vol. Sidney Jose Silva Fechine - Condenado. AUDITORIA DA 8A. CJM. ARQUIVAMENTO. APELACAO. AF n. 1417/92, APE 46361-7, AUD8CJM, 1 vol. Helder Lucena da Silveira Lima - Condenado. EXECUCAO PENAL. AF n. 1595/92, EXE, AUD8CJM, 1 vol. Daniel Luiz Amado Bernardes - Condenado. INSUBMISSAO. AF n. 1400/92, INS 509/91-5, AUD8CJM, 1 vol. Daniel Luiz Amado Bernardes - Insubmisso. EXECUCAO. APELACAO. AF n. 1418/92, APE 46319-4, AUD8CJM, 1 vol. Ruy Serra Cerveira - Condenado. AUDITORIA DA 9A. CJM. ARQUIVAMENTO. EXECUCAO PENAL. AF n. 1472/92, EXE, AUD9CJM, 1 vol. Carlos Alberto Bandeira - Condenado. AF n. 1473/92, EXE, AUD9CJM, 1 vol. Mario Tocco Pessoa - Condenado. AF n. 1474/92, EXE, AUD9CJM, 1 vol. Roberto Sarate Rocha - Condenado. INSUBMISSAO. AF n. 1627/92, INS 506/92-2, AUD9CJM, 1 vol. Claudimar Luiz de Togni - Insubmisso. INSTRUCAO PROVISORIA DESERCAO. AF n. 1623/92, IPD 334/92, AUD9CJM, 1 vol. Luiz Ramalho de Souza - Desertor. AF n. 1624/92, IPD 349/92, AUD9CJM, 1 vol. Luiz Carlos Nunes - Desertor. INSTRUCAO PROVISORIA INSUBMISSAO. AF n. 1622/92, IPI 357/92, AUD9CJM, 1 vol. Ary Paes Barreto Filho - Insubmisso. AF n. 1625/92, IPI 329/92, AUD9CJM, 1 vol. Jose Antonio Verissimo Sabino - Insubmisso. AF n. 1626/92, IPI 371/92, AUD9CJM, 1 vol. Ronaldo Fernandes Queiroz - Insubmisso. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando que não foi numerada a folha de nr. 14. Brasília/DF, 30 de junho de 1992. INQUERITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1444/92, IPN 23/92, AUD9CJM, 1 vol. Carlos Alberto Leite - Encarregado de Inquerito. AF n. 1620/92, IPN 28/92, AUD9CJM, 1 vol. Josiel Caramalac - Indiciado. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se não ter sido datado o ofício de fls. 88. Brasília/DF, 29 de junho de 1992. AF n. 1621/92, IPN 25/92, AUD9CJM, 1 vol. Leonir Arruda Santiago - Indiciado. AUDITORIA DA 10A. CJM. EXECUCAO. FORMA ORDINARIA. AF n. 1632/92, FO 7/91-6, AUD10CJM, 1 vol. Jose Alexandre Ferreira da Silva - Acusado. AUDITORIA DA 11A. CJM. ARQUIVAMENTO. APELACAO. AF n. 1536/92, APE 46280-0, AUD11CJM, 7 vols. Walter Reis dos Santos e outros - Absolvido. AF n. 1530/92, APE 46399-4, AUD11CJM, 1 vol. Claudio Rodrigues dos Santos -

Condenado. AF n. 1534/92, APE 46382-0, AUD11CJM, 1 vol. Uilton Sabino Borges - Isento. AF n. 1537/92, APE 46383-0, AUD11CJM, 1 vol. Marcio Ferreira da Silva - Condenado. AF n. 1538/92, APE 46381-1, AUD11CJM, 1 vol. Sergio Jose dos Santos - Isento. AF n. 1539/92, APE 46335-0, AUD11CJM, 1 vol. Roberto Moreira Lara - Absolvido. AF n. 1540/92, APE 46398-6, AUD11CJM, 1 vol. Gerson Pertinhes - Condenado. DESERCAO. AF n. 1509/92, DES 619/91-0, AUD11CJM, 1 vol. Luiz Alberto de Souza - Desertor. AF n. 1514/92, DES 534/91-6, AUD11CJM, 1 vol. Marcelo Antonio de Bastos - Desertor. AF n. 1515/92, DES 1254/91-6, AUD11CJM, 1 vol. Marcelo Antonio de Bastos - Desertor. AF n. 1516/92, DES 502/92-4, AUD11CJM, 1 vol. Demilson Ferreira da Silva - Desertor. AF n. 1523/92, DES 950/91-9, AUD11CJM, 1 vol. Leonilson de Souza Carvalho - Desertor. AF n. 1525/92, DES 587/91-1, AUD11CJM, 1 vol. Pedro da Silva Higino - Desertor. AF n. 1534/92, DES 1043/91-5, AUD11CJM, 1 vol. Edilson Gomes de Souza - Desertor. AF n. 1537/92, DES 505/92-3, AUD11CJM, 1 vol. Sergio Luiz Caetano Ribeiro - Desertor. AF n. 1547/92, DES 1232/91-2, AUD11CJM, 1 vol. Wagner Lajes Costa - Condenado. AF n. 1547/92, DES 811/91-9, AUD11CJM, 1 vol. Alessandro Bueno - Desertor. EXECUCAO PENAL. AF n. 1470/92, EXE, AUD11CJM, 1 vol. Luciano Jose Franco - Condenado. AF n. 1486/92, EXE, AUD11CJM, 1 vol. Roberto Moreira Lara - Condenado. AF n. 1487/92, EXE, AUD11CJM, 1 vol. Wagner Lajes Costa - Condenado. AF n. 1488/92, EXE, AUD11CJM, 1 vol. Clodoaldo Bernardes Correa - Condenado. AF n. 1490/92, EXE, AUD11CJM, 1 vol. Vandionor Ramos da Silva - Condenado. AF n. 1491/92, EXE, AUD11CJM, 1 vol. Jose Carlos Cesarino - Condenado. AF n. 1501/92, EXE, AUD11CJM, 1 vol. Clecio Anderson Gonçalves Monteiro - Condenado. AF n. 1506/92, EXE, AUD11CJM, 1 vol. Ezequiel Mendes de Oliveira - Condenado. AF n. 1531/92, EXE, AUD11CJM, 1 vol. Antonio Carlos Sousa Sales - Condenado. AF n. 1535/92, EXE, AUD11CJM, 1 vol. Jovane Braga da Silva - Condenado. AF n. 1543/92, EXE, AUD11CJM, 1 vol. Denilson Ferreira da Silva - Condenado. AF n. 1544/92, EXE, AUD11CJM, 1 vol. Mozart Rodrigues de Araujo Neto - Condenado. AF n. 1546/92, EXE, AUD11CJM, 1 vol. Alair Rogerio da Silva - Condenado. AF n. 1620/92, EXE, AUD11CJM, 1 vol. Valdeir Aparecido de Araujo - Condenado. FORMA ORDINARIA. AF n. 1493/92, FO 29/91-9, AUD11CJM, 1 vol. Marco Aurelio Santana Machado - Acusado. AF n. 1563/92, FO 24/92-5, AUD11CJM, 1 vol. Alexandre Lima dos Santos - Acusado. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se que as fls. 38 não houve rubrica, ao passo que existem duas com a mesma numeracao (fls. 43), bem como esta incorreta a data do trânsito em julgado que deveria ser a de 10.06.92. Brasília/DF, 30 de junho de 1992. INSUBMISSAO. AF n. 1497/92, INS 635/91-6, AUD11CJM, 1 vol. Dean Alves da Costa - Insubmisso. AF n. 1498/92, INS 552/91-3, AUD11CJM, 1 vol. Ivo dos Reis Ruella - Insubmisso. AF n. 1508/92, INS 662/91-3, AUD11CJM, 1 vol. Rui Pereira Campos - Insubmisso. AF n. 1510/92, INS 658/91-6, AUD11CJM, 1 vol. Rivanildo Rios da Rocha - Insubmisso. AF n. 1511/92, INS 1185/91-4, AUD11CJM, 1 vol. William da Costa Torres - Insubmisso. AF n. 1513/92, INS 1186/91-0, AUD11CJM, 1 vol. Olavo Augusto Araujo de Simas - Insubmisso. AF n. 1518/92, INS 650/91-5, AUD11CJM, 1 vol. Messias Cintra Camargos - Insubmisso. AF n. 1532/92, INS 785/91-0, AUD11CJM, 1 vol. Evanio Leite da Silva - Insubmisso. AF n. 1545/92, INS 512/92-0, AUD11CJM, 1 vol. Enezer de Jesus Espindola - Insubmisso. AF n. 1546/92, INS 515/92-9, AUD11CJM, 1 vol. Wauri Ribeiro dos Santos - Insubmisso. AF n. 1596/92, INS 506/92-0, AUD11CJM, 1 vol. Reinaldo Ricardo Borges - Insubmisso. INQUERITO POLICIAL. AF n. 1499/92, IP 2643/92, AUD11CJM, 1 vol. Edson Badoco - Indiciado. INSTRUCAO PROVISORIA DESERCAO. AF n. 1489/92, IPO 256/92, AUD11CJM, 1 vol. Davi Matos Augusto - Desertor. AF n. 1494/92, IPO 2361/90, AUD11CJM, 1 vol. Fausto Humberto do Espirito Santo - Desertor. AF n. 1507/92, IPO 269/92, AUD11CJM, 1 vol. Glaucio da Silva Lima - Desertor. AF n. 1522/92, IPO 205/92, AUD11CJM, 1 vol. Leonilson de Souza Carvalho - Desertor. AF n. 1548/92, IPO 264/92, AUD11CJM, 1 vol. Gerson Bodoi - Desertor. INSTRUCAO PROVISORIA INSUBMISSAO. AF n. 1502/92, IPI 207/92, AUD11CJM, 1 vol. Delmar Souza Cruz - Insubmisso. AF n. 1505/92, IPI 208/92, AUD11CJM, 1 vol. Agnelo Fernandes Silva Filho - Insubmisso. AF n. 1519/92, IPI 2322/90, AUD11CJM, 1 vol. Joao Batista Costa - Insubmisso. AF n. 1520/92, IPI 325/92, AUD11CJM, 1 vol. Rogerio Moita Nunes - Insubmisso. AF n. 1521/92, IPI 326/92, AUD11CJM, 1 vol. Romulo Ricardo Bittencourt Santos - Insubmisso. AF n. 1526/92, IPI 313/92, AUD11CJM, 1 vol. Paulo Gomes de Sousa - Insubmisso. AF n. 1527/92, IPI 292/92, AUD11CJM, 1 vol. Luciano de Souza Cancado - Insubmisso. AF n. 1528/92, IPI 307/92, AUD11CJM, 1 vol. Manoel Junior Cintra - Insubmisso. AF n. 1529/92, IPI 335/92, AUD11CJM, 1 vol. Rogerio da Rocha Barros - Insubmisso. AF n. 1542/92, IPI 351/92, AUD11CJM, 1 vol. Cleiton da Rocha Fernandes - Insubmisso. AF n. 1555/92, IPI 352/92, AUD11CJM, 1 vol. Carlos Eduardo Irineu - Insubmisso. AF n. 1569/92, IPI 336/92, AUD11CJM, 1 vol. Agnaldo Afonso Torchetti - Insubmisso. AF n. 1633/92, IPI 302/92, AUD11CJM, 1 vol. Cecilio Alves de Oliveira Filho - Insubmisso. INQUERITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1477/92, IPN 2600/91, AUD11CJM, 1 vol. Sebastiao Ferreira da Costa e outro - Indiciado. AF n. 1479/92, IPN 2619/92, AUD11CJM, 1 vol. Valdeir Rosa da Silva - Indiciado. AF n. 1480/92, IPN 2615/92, AUD11CJM, 1 vol. Gerson Luiz Luz Leães - Indiciado. AF n. 1481/92, IPN 2629/92, AUD11CJM, 1 vol. Azael Gonçalves da Silva e outro - Indiciado. AF n. 1482/92, IPN 2622/92, AUD11CJM, 1 vol. Jose Saraiva Silva e outro - Indiciado. AF n. 1483/92, IPN 2624/92, AUD11CJM, 1 vol. Pedro Lourenço de Melo - Indiciado. AF n. 1484/92, IPN 2620/92, AUD11CJM, 1 vol. Altair de Souza e outro - Indiciado. AF n. 1485/92, IPN 2594/91, AUD11CJM, 1 vol. Sergio Luis Lima Barreto - Indiciado. AF n. 1492/92, IPN 2626/92, AUD11CJM, 1 vol. Ronaldo Jose Brum da Silva - Encarregado de Inquerito. AF n. 1495/92, IPN 2640/92, AUD11CJM, 1 vol. Eneido Pereira Filho - Indiciado. AF n. 1496/92, IPN 2634/92, AUD11CJM, 1 vol. Americo Eunio Taguchi - Encarregado de Inquerito. AF n. 1500/92, IPN 2635/92, AUD11CJM, 1 vol. Marcio de Souza Pereira - Indiciado. AF n. 1503/92, IPN 2627/92, AUD11CJM, 1 vol. Severiano Justino Filho - Indiciado. AF n. 1504/92, IPN 2639/92, AUD11CJM, 1 vol. Jose Alair Fointella Dornelles Filho e outra - Indiciado. AF n. 1517/92, IPN 2648/92, AUD11CJM, 1 vol. Wagner Guidoni - Indiciado. AF n. 1524/92, IPN 2651/92, AUD11CJM, 1 vol. Jorge Antonio de Alegria Silveira - Encarregado de Inquerito. AF n. 1530/92, IPN 2637/92, AUD11CJM, 1 vol. Valerio Oliveira Silva - Indiciado. AF n. 1538/92, IPN 2645/92, AUD11CJM, 1 vol. Reis Benedito Coelho - Indiciado. AF n. 1539/92, IPN 2632/92, AUD11CJM, 1 vol. Ademar Rodrigues Tarao - Indiciado. AF n. 1540/92, IPN 2666/92, AUD11CJM, 1 vol. Robson Lima da Silva e outro - Indiciado. AF n. 1541/92, IPN 2653/92, AUD11CJM, 1 vol. Celso Antonio Pereira - Indiciado. AF n. 1548/92, IPN 2680/92, AUD11CJM, 1 vol. Sergio Lima dos Santos - Encarregado de Inquerito. AF n. 1551/92, IPN 2638/92, AUD11CJM, 1 vol. Gutemberg de Oliveira e outro - Indiciado. AF n. 1552/92, IPN 2678/92, AUD11CJM, 1 vol. Rogerio Eduardo Caieta - Indiciado. AF n. 1553/92, IPN 2677/92, AUD11CJM, 1 vol. Lindomar Jose Borges e outro - Indiciado. AF n. 1554/92, IPN 2617/92, AUD11CJM, 1 vol. Valdivino Domingos da Silva e outros - Indiciado. AF n. 1566/92, IPN 2541/91, AUD11CJM, 2 vols. Waldicir Rosa da Silva - Indiciado. AF n. 1582/92, IPN 2656/92, AUD11CJM, 1 vol. Flavio Albuquerque de Alcantara - Indiciado. EXECUCAO. APELACAO. AF n. 1561/92, APE 46385-2, AUD11CJM, 1 vol. Irineu dos Santos Rocha - Condenado. DESERCAO. AF n. 1512/92, DES 1090/91-3, AUD11CJM, 1 vol. Luzimar Alves da Silva - Desertor. AF n. 1533/92, DES 1209/91-0, AUD11CJM, 1 vol. Adauto Soares de Souza - Desertor. AF n. 1549/92, DES 566/90-6, AUD11CJM, 1 vol. Emanuel Nunes Junior - Desertor. AF n. 1565/92, DES 776/91-9, AUD11CJM, 1 vol. Antonio Rodrigues Gonçalves - Desertor. EMBARGOS. AF n. 1562/92, EMB 46061-4, AUD11CJM, 3 vols. Mechiol dos Santos - Condenado. FORMA ORDINARIA. AF n. 1629/92, FO 19/92-1, AUD11CJM, 1 vol. Marco Antonio Machado - Acusado. AUDITORIA DA 12A. CJM. ARQUIVAMENTO. APELACAO. AF n. 1419/92, APE 46397-0, AUD12CJM, 1 vol. Antonio Braz da Silva - Isento. INQUERITO POLICIAL-MILITAR. AF n. 1475/92, IPN 43/91, AUD12CJM, 1 vol. Clauimir Ribeiro Machado - Indiciado. AF n. 1476/92, IPN 9/92, AUD12CJM, 1 vol. Jose Antonio Dias Teixeira Junior - Indiciado. AF n. 1597/92, IPN 10/92, AUD12CJM, 1 vol. Anibal Myr Espinosa de Melo Junior - Indiciado. Visto, etc. Ao Juízo de origem, oportunamente, para arquivamento, ressalvando-se a falta de assinatura do Diretor de Secretaria no carimbo de conclusao de fls. 65.v. Brasília/DF, 29 de junho de 1992. Nos autos vistos em correicao no mes de junho do corrente ano, foram proferidos despachos em 239 (duzentos e trinta e nove) Autos Findos e de conformidade com o que meles ficou consignado, foram remetidos ao Arquivo do BTH 05 (cinco) e as Auditorias de origem, 234 (duzentos e trinta e quatro), sendo 17 (dezessete) para prosseguirem em execucao, 216 (duzentos e dezesseis) para arquivamento e 01 (um) para os devidos fins. Foram ainda despachados e remetidos a Auditoria de origem (11a. CJM), 41 (quarenta e um) Autos Findos, incluidos na Ata nr. 01/92, de 24.01.92, que permaneceram na Secretaria da Auditoria de Correicao, aguardando o retorno do titular da Corregedoria. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a audiencia as 17:30 horas; depois de lida e achada conforme, a presente Ata foi assinada pelo Juiz-Auditor Corregedor e subscrita pela Diretora de Secretaria. Eu, _____ (Dra. Sheyla Costa Bastos Dias) Tecnico Judiciario, registrei no computador e eu, _____ (Dra. Vera Regina Saliba Alves Branco), Diretora de Secretaria, a subcrevo. DR. CARLOS AUGUSTO CARDOSO DE MORAES REGO- Juiz-Auditor Corregedor da Justica Militar

INFORME-SE SOBRE NOSSOS SERVIÇOS GRÁFICOS:

Formulários contínuos, impressos padronizados, livros, folhetos, cartazes e outros.

IMPRENSA NACIONAL — Fone: (061) 321-5566 — R. 213 e 319

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Rio Grande do Norte

PORTARIA Nº 03, DE 26 DE JUNHO DE 1992

O PROCURADOR DA REPÚBLICA, neste Estado, na qualidade de Representante do Ministério Público Federal, Coordenador da CODID/RN, no exercício de suas funções institucionais, com fundamento na competência que lhe foi outorgada pelos arts. 127 e 129, da Constituição Federal, em consonância com o disposto na Portaria nº 611/89, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República e,

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.112/90, no seu art. 171, estabelece que os Órgãos Públicos da Administração Direta, Autarquias, inclusive aquelas em regime especial e as Fundações Públicas Federais, devem remeter ao Ministério Público Federal, para instauração de ação penal, os processos administrativos que apurem condutas tidas, em tese, como infratoras do regramento penal vigente;

CONSIDERANDO que essa salutar providência, se efetivamente adotada, além de propiciar ao Ministério Público o imediato conhecimento de possíveis infrações penais, lhe permitirá verificar, apud acta, a ocorrência e a extensão de danos causados ao patrimônio público, assim como se foram tomadas providências concernentes às devidas reparações;

CONSIDERANDO que a Coordenadoria Jurídica desta Procuradoria, informa, por certidão, que apenas em uma única oportunidade ocorreu a remessa de processo disciplinar ao Ministério Público Federal, tal como preceituado pelo art. 171, da citada Lei nº 8.112/90;

CONSIDERANDO que do exame dos autos do inquérito policial nº 113/91, resultou positivada, na prática, a efetiva desatenção ao comando legal expresso no já referido art. 171, da Lei nº 8.112/90;

CONSIDERANDO que, além de consagrar a função de "promover, privativamente, a ação penal pública" e, concomitantemente "a ação civil pública", a Constituição Federal ampliou as atribuições elencadas pelo art. 38, da Lei 1.341/51, encartando como função institucional do Ministério Público, entre outras, a de "requisitar diligências investigatórias..." RESOLVE:

01. Instaurar, com base no exposto, Inquérito Civil, objetivando a apuração de responsabilidades por possíveis omissões ou falta de cumprimento do dever imposto pelo já referido art. 171, da Lei 8.112/90, bem como suas repercussões patrimoniais, especialmente quando detrimidas ao patrimônio público por ausência de iniciativa reparatoria.

02. Requisitar à Coordenadoria Jurídica desta Procuradoria que, através da seção competente, proceda a identificação de todos os órgãos públicos federais existentes neste Estado, especificando seus respectivos endereços e nominando as autoridades que por eles respondem, apresentando, em seguida, no prazo de cinco dias, relação detalhada dos mesmos.

03. Designar Escrivão na pessoa do servidor Angelo José Valença de Andrade, matrícula nº 4083-5, lotado nesta Procuradoria, o qual deverá prestar o compromisso de estilo.

04. Determinar seja enviada, à SECODID, para publicação no Diário Oficial da Justiça, uma das vias da presente Portaria, autuando-se a outra, juntamente com as xerocópias extraídas do Inquérito Policial nº 113/91 e com a certidão inclusa, voltando-lhe os autos, em seguida, para a adoção das demais providências que serão viabilizadas com a apresentação do rol a que se refere o item 02.

Cumpra-se.

Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte, na cidade do Natal, em vinte e seis de junho de mil novecentos e noventa e dois.

EDILSON ALVES DE FRANÇA

Editais e Avisos

Superior Tribunal Militar

8ª Circunscrição Judiciária Militar

EDITAL DE CITAÇÃO
(Com prazo de 20 dias)

A Doutora ZILAH MARIA CALLADO FADUL, Juíza Auditora da Auditoria da Oitava Circunscrição Judiciária Militar, na forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que, o presente EDITAL DE CITAÇÃO com prazo de vinte (20) dias, em conformidade com o artigo 277, inciso V, do Código de Processo Penal Militar, virem ou dele tiverem conhecimento, que deverão comparecer, sob as penas da lei, à Auditoria da Oitava Circunscrição Judiciária Militar, sito à Avenida Governador José Malcher, nº 611, bairro de Nazaré, nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, no dia 12 do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e dois, às 13:30 horas, perante o Conselho Permanente de Justiça do Exército, para os atos de qualificação, interrogatório e demais atos do processo, ANTONIO CARLOS SILVA DA CONCEIÇÃO, brasileiro, casado, filho de Raimundo Silva da Conceição e Nelcira Teixeira da Conceição, ex-3º Sgt Ex, contava residir na Trav. Mauriti, nº 56, e Rua São Miguel, Pas. São Jorge, nº 59, nesta Cidade de Belém; e JOSÉ ANTONIO SOUZA FERNANDES, brasileiro, casado, filho de José de Carvalho Fernandes e Raimunda Souza Fernandes, 2º Sgt Ex, Deserto do 17º Grupo de Artilharia de Campanha - Natal/RN, atualmente em lugares incertos e não sabido, por ter sido recebida denúncia, formulada contra os mesmos pela Representante do Ministério Público Militar junto a este Juízo, tendo-os como incurso nas penas do artigo 251, § 3º, c/c 53 e 80, e 251, § 3º, c/c 30, II e 53, tudo do Código Penal Militar, ambos Denunciados. DADO e PASSADO nesta cidade de Belém-PA, na sede da Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar, ao primeiro dia do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e dois. EU (Dra. MARIA DO ROSÁRIO DE F.C. CARNEIRO), Diretora de Secretaria, o subscrevo. Dra. ZILAH MARIA CALLADO FADUL - Juíza Auditora.

ZILAH MARIA CALLADO FADUL
Juíza Auditora da 8a. CJM

(Of. nº 525/92)
(DIAS: 17, 20 e 21/07/92)

SEGURANÇA PRIVADA

Legislação atualizada das normas para constituição e funcionamento das empresas que exploram SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA e de TRANSPORTE DE VALORES

Preço: Cr\$ 8.300,00

sujeito a majoração, sem aviso prévio,
incluindo despesas com remessa.

Aquisições: IMPRENSA NACIONAL

SIG - Quadra 06 - Lote 800

CEP 70604-900 - Brasília-DF

Telefone: (061) 226-6812

